



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 19 – nº 70 – março 2008

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – [www.csem.org.br](http://www.csem.org.br)

**LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS:  
direito a ter direitos**

<b>Editorial.....</b>	<b>2</b>
-----------------------	----------

**ITALIANO**

<b>UE - Controllo dati biometrici per chi arriva dai Paesi extra-Ue .....</b>	<b>4</b>
<b>Illegittima l'espulsione verso "paesi a rischio" .....</b>	<b>4</b>
<b>Cassazione: immigrati, è reato anche il solo transito.....</b>	<b>5</b>
<b>Rifugiati: ecco come cambia la procedura .....</b>	<b>6</b>
<b>Visti brevi più semplici per chi arriva dai Balcani .....</b>	<b>7</b>
<b>Albânia - Un passo verso la liberalizzazione dei visti .....</b>	<b>7</b>
<b>Germania - Erdogan: un crimine assimilare stranieri .....</b>	<b>8</b>
<b>Verso le Olimpiadi: schedatura di massa dei migranti di Pechino .....</b>	<b>9</b>

**PORTUGUÊS**

<b>Espanha barrou mais de 450 brasileiros em fevereiro .....</b>	<b>9</b>
<b>Brasil - Especialista defende adoção do princípio da reciprocidade contra a Espanha .....</b>	<b>10</b>
<b>Espanha reconhece ter "errado" no tratamento oferecido a brasileiros .....</b>	<b>11</b>
<b>Polícia federal vai barrar estrangeiros em Foz do Iguaçu .....</b>	<b>12</b>
<b>Espanha firma acordo sobre imigração com países africanos.....</b>	<b>12</b>
<b>Japão quer exigir conhecimentos de japonês de imigrantes residentes.....</b>	<b>13</b>
<b>EUA amplia "cerca virtual" em fronteira e multas para empresas com ilegais.....</b>	<b>13</b>
<b>França estabelece meta de expulsar 26 mil imigrantes ilegais em 2008.....</b>	<b>14</b>
<b>Angola admite não ter leis para combater tráfico de pessoas.....</b>	<b>14</b>

**ENGLISH**

<b>US Bishops: Immigration Laws Hypocritical .....</b>	<b>15</b>
<b>UK - National identity scheme delivery plan published .....</b>	<b>16</b>
<b>British citizenship tests planned .....</b>	<b>17</b>
<b>UK reviews deportation of gay Iranian .....</b>	<b>18</b>
<b>Bill Gates Says Immigration, Education Reform Needed For U.S. To Compete.....</b>	<b>19</b>
<b>Illegal immigrant curbs face uphill climb .....</b>	<b>20</b>
<b>US senator Grassley demands follow-up on H-1B visa reforms.....</b>	<b>21</b>
<b>Polish-Canadian relations: Visa-free at last.....</b>	<b>21</b>
<b>Syria: New draft law targets sex traffickers .....</b>	<b>22</b>

**ESPAÑOL**

<b>Las ONG abogan por una campaña con más 'corazón' y proponen a los partidos un decálogo de ofertas sociales .....</b>	<b>23</b>
<b>Europa denuncia las pésimas condiciones de los centros de inmigrantes en España.....</b>	<b>24</b>
<b>EEUU: según especialistas, es necesario abandonar las políticas paliativas de inmigración para trabajar sobre las verdaderas causas del problema .....</b>	<b>25</b>
<b>Panamá - Gobierno panameño promulga nueva ley migratoria .....</b>	<b>26</b>
<b>Impulsan proyecto duro de migración .....</b>	<b>27</b>
<b>México y EU combatirán el tráfico de personas .....</b>	<b>28</b>
<b>Recibe apoyo campaña para abolir condiciones de esclavitud en EU de jornaleros migrantes .....</b>	<b>29</b>
<b>México: Permite la Corte asistir a migrantes por razones humanitarias y sin fines de lucro</b>	<b>30</b>
<b>Urge en México ley que proteja a migrantes extranjeros: NALACC .....</b>	<b>31</b>

## Editorial

Em épocas passadas, a livre circulação das pessoas era um fato comum. Mesmo após a formação dos Estados nacionais, territorialmente delimitados, a porosidade das fronteiras permitia, geralmente, a intensa circulação transfronteiriça. As coisas foram mudando no decorrer do século XX, com maior ou menor intensidade, dependendo dos casos. Nos países do bloco soviético, por exemplo, o fechamento foi radical, enquanto na América Latina mais ameno e gradativo.

No final do século XX, apesar da implosão do Bloco Soviético – reiteradamente condenado pela violação do direito de ir e vir – registrou-se uma tendência generalizada em aumentar os controles e as fiscalizações nas fronteiras. Isso não significa necessariamente que houve uma redução dos fluxos migratórios. Houve, sim, um maior controle fronteiriço, um crescente gerenciamento dos fluxos e uma clara seletividade nas políticas imigratórias.

No começo do século XXI essa situação não mudou. Pelo contrário. Continua o processo de liberalização dos fluxos de capitais e mercadorias e, por outro lado, as tendências restritivas na livre circulação de pessoas. As leis imigratórias assumiram um lugar de destaque na agenda de governos nacionais, organizações multilaterais e não governamentais. Percebeu-se, logo, a amplitude e a complexidade dos interesses envolvidos, em termos sociais, políticos, econômicos, culturais e, inclusive, religiosos. A elaboração das leis se tornou o produto de processos de negociação entre esses interesses.

A temática dos direitos humanos foi levantada, por alguns, como eixo norteador das políticas imigratórias. No entanto, esbarrou nas estruturas dos Estados Nacionais e na questão dos supracitados interesses. Buscou-se amparo nos instrumentos internacionais, mas a autonomia dos Estados prevaleceu. Surgiram as perguntas: É possível respeitar os direitos humanos e de cidadania das e dos migrantes que vivem em terra estrangeira? Existe alguma legislação que transcende as barreiras fronteiriças de um Estado Nação? Qual a relação entre a soberania do Estado Nação e a universalidade dos Direitos Humanos?

A Resenha apresenta um apanhado de artigos recentes sobre mudanças nas políticas imigratórias em diferentes países do mundo. A leitura dos artigos sugere as seguintes considerações:

a) O tema das políticas imigratórias e da reformulação das leis de imigração está na pauta de muitos países do mundo e, ousaríamos dizer, representa uma das prioridades absolutas.

b) Trata-se de uma realidade bastante dinâmica e mutável. As regras de ingresso e permanência dos migrantes são constantemente modificadas, às vezes em decorrência de câmbios de governos, outras vezes para responder às interpelações (eleitorais) da população local ou, mais em geral, para se adequar a novas situações conjunturais. Mudanças legislativas acontecem até mesmo por fatores e fatos contingentes de emergências mal gerenciadas.

c) Há casos em que as modificações legislativas vertem para uma maior liberalização dos fluxos de pessoas. A resenha apresenta o caso do Canadá, em relação aos países que ingressaram recentemente na EU, e da própria União Européia, em relação a alguns países na área dos Bálcãs.

d) Mais comum é, no entanto, o aumento de exigências para o ingresso de estrangeiros ou obtenção da cidadania, fator que confirma a tendência à seletividade: as fronteiras estão abertas apenas àqueles imigrantes que respondem aos requisitos dos países de chegada. Em geral, uma leitura do tema em perspectiva histórica permite ver como países que vivem na emergência do tema adotam critérios bem mais radicais. A convivência intercultural a médio e longo prazo, às vezes, tem favorecido legislações capazes de maior respiro.

e) Há também um generalizado aumento do número de deportações. A recente crise entre Brasil e Espanha é apenas um exemplo de uma “guerra de deportados” que se difunde sempre mais. Em muitos casos, o crescimento das deportações não decorre da maior intensidade dos fluxos ou de mudanças legislativas, mas unicamente da aplicação mais rígida das regras já existentes. Tema este que tem levantado questões de caráter mais amplo: é suficiente o critério da reciprocidade para regulamentar as relações internacionais? Quais outros caminhos podem ser trilhados para evitar o recurso à “retaliação”?

f) O tema dos direitos humanos não está ausente, mas não representa o eixo norteador das legislações. A Corte Européia, por exemplo, condenou a deportação de imigrantes para países em que existe o risco de tortura ou, até, de morte. Mesmo assim, ao que tudo indica, os Direitos Humanos parecem desempenhar um papel secundário ou subordinado na hora de estabelecer as políticas.

Da mesma opinião é Rossana Rocha Reis que, num recente livro (*Políticas de Imigração na França e nos Estados Unidos*), reconhece que os Direitos Humanos possuem uma forte influência nos encaminhamentos e elaboração de políticas imigratórias; porém, o Estado territorialmente delimitado tem sua força autônoma de decisão. Desta forma parece não haver garantias de proteção e tampouco de expressão de cidadania, nem mesmo nos casos em que os imigrantes estejam fugindo de perseguições.

Na perspectiva da relação entre Direitos Humanos e políticas de imigração, os Direitos Humanos contribuem porque provocam mudança, dada sua alta abrangência contida na própria denominação. A *Convenção Internacional sobre a proteção dos direitos de todos e todas os trabalhadores e as trabalhadoras migrantes e membros das suas famílias* (1990) é, ou é para ser, uma garantia na proteção jurídica aos migrantes e às migrantes, tendo como força de proteção e garantia da dignidade independente de sua condição regular ou não. Porém, nem todos os países assinaram essa convenção, mesmo sendo ela chamada de internacional. Visibiliza-se aqui mais uma vez a independência do Estado territorialmente delimitado e, portanto, com sua autonomia.

Segundo Rossana, os Estados Nacionais são colocados como necessidade, autonomia e barreira. Isso pode sugerir uma reflexão de como conjugar, dignamente e respeitosamente os

direitos inalienáveis das pessoas e o direito constituído de autonomia de um Estado, sem ambos serem prejudicados. A pertinência dos Direitos Humanos e da Mobilização dos imigrantes como fator de influência nas decisões e determinações das políticas migratórias, pode ser uma via favorável de conjugação, mesmo reconhecendo os limites destas ferramentas diante da incontestada soberania do Estado.

Por outro lado, na modificação das legislações e na formulação de políticas públicas é fundamental avaliar o fenômeno migratório em termos amplos e não somente pela emergência, interpretando-o de modo isolado a respeito dos demais temas e da situação geral do país.

## **UE - Controllo dati biometrici per chi arriva dai Paesi extra-Ue**

L'Unione europea ha pronto un progetto che prevede, in funzione antiterrorismo e di lotta all'immigrazione clandestina, i controlli biometrici per chiunque arrivi da paesi terzi. Un Sistema elettronico di controllo dei visti e' anch'esso in costruzione e, secondo quanto si apprende, sara' operativo dal 2012. Stando ad alcune anticipazioni filtrate a Bruxelles, il gabinetto del vicepresidente Franco Frattini ha preparato il testo del progetto che sara' sottoposto mercoledi' alla Commissione.

I passaporti con i dati biometrici sono provvisti dati controllabili da speciali apparecchiature, relativi a parametri propri ad ogni individuo, come la retina, le impronte digitali o l'iride. Il piano preparato da Frattini, commissario alla Giustizia, liberta' e sicurezza, sarebbe la novita' piu' clamorosa dall'istituzione di Schengen, lo spazio di libera circolazione europeo. Sarebbero previste procedure piu' veloci e automatiche per i viaggiatori frequenti, che consentirebbero a categorie di persone considerate 'a basso rischio', di passare la frontiera soltanto attraverso i controlli automatici, evitando il contatto con il personale della frontiera.

Il futuro dell'Unione europea e' aprirsi all'esterno, rendendo le frontiere piu' sicure ma allo stesso tempo facilitando l'ingresso a quei cittadini dei Paesi terzi che non sono clandestini ne' criminali ma forza lavoro e cervelli da impiegare. Questa la visione a lungo termine della Commissione Ue che, nel quadro

del pacchetto di iniziative sui controlli alle frontiere, mercoledi' proporra' ufficialmente di entrare in una nuova era dove l'immigrato in 'buona fede', come lo definisce Bruxelles, avra' una corsia preferenziale per entrare nell'Unione.

Fatto salvo il controllo ai confini, che deve rimanere la prioritá per una Ue che ha abbattuto le frontiere interne e non puo' permettersi di ammettere irregolari liberi di circolare in tutti i 27 Paesi membri, l'Eurogoverno propone di introdurre un sistema di autorizzazioni elettroniche 'per i cittadini dei Paesi terzi in buona fede' che si presentano alle dogane europee, si legge nel testo della proposta.

Inoltre, per i coloro che attraversano le frontiere di frequente, la Commissione vorrebbe una corsia veloce che riduca i tempi di attesa e renda i controlli piu' snelli, assieme ad un sistema elettronico che registri il loro ingresso e la loro uscita attraverso dati biometrici.

Tutti i nuovi controlli elettronici, piu' rapidi ed efficaci, darebbero cosi' vita al Sistema europeo di sorveglianza delle frontiere, detto Eurosur, che accompagnera' la Ue nella 'nuova era della gestione dei confini'. [TOP](#)

Fonte: <http://www.aduc.it/dyn/immigrazione/noti.php?id=210001>  
– 11.02.08

Data da pesquisa: 15.03.08

## **Illegittima l'espulsione verso “paesi a rischio”**

*Di Marina Castellaneta*

No alle espulsioni se c'è il rischio che un individuo possa subire trattamenti disumani o degradanti. Anche in materia di lotta al terrorismo internazionale,

la tutela dei diritti umani non può arretrare di fronte alle esigenze di sicurezza nazionale.

Lo ha stabilito la Corte europea dei diritti dell'uomo con la sentenza di condanna all'Italia depositata ieri (caso Saadi), destinata ad avere conseguenze su tutti i provvedimenti di espulsione verso Paesi a rischio. La Grande Camera (massimo organo giurisdizionale di Strasburgo) non accetta compromessi: l'Italia non può espellere o estradare nei casi di possibili violazioni dell'articolo 3 della Convenzione, in base al quale nessuno può essere sottoposto a tortura o a trattamenti inumani o degradanti. Non importano le assicurazioni formali dello Stato di destinazione: se da rapporti, anche di organizzazioni non governative, risulta che in uno Stato il trattamento dei detenuti configge con l'articolo 3, i Paesi che hanno ratificato la Convenzione europea non possono dare il via alla consegna di individui a rischio. A Strasburgo si era rivolto un tunisino che, pur avendo il permesso di soggiorno in Italia per motivi di famiglia, era stato colpito, nel 2006, dall'espulsione del ministro dell'Interno. L'uomo era stato collocato in un centro di permanenza temporanea e il giudice di pace aveva confermato l'espulsione, con il seguito di ricorsi al Tar e al Consiglio di Stato. Il tunisino, condannato per associazione a delinquere (e non per terrorismo, dopo la riqualificazione del reato), aveva subito in contumacia una condanna a vent'anni di carcere in Tunisia per terrorismo internazionale. Il suo rientro in patria avrebbe comportato un rischio per la sua vita e la certezza di un trattamento penitenziario equiparabile alla tortura. La richiesta di asilo, però, era stata respinta, perché considerato un pericolo per la sicurezza nazionale, anche se l'espulsione era stata sospesa su richiesta di Strasburgo. L'articolo 3, osserva la Corte, protegge un valore fondamentale assoluto, che non

può subire deroghe o eccezioni, anche in presenza di rischi per la collettività. Non è possibile - come sostenuto invece dai governi intervenuti in udienza - bilanciare il rischio di un danno per la persona espulsa con le esigenze di sicurezza dello Stato: si tratta di situazioni che devono essere considerate separatamente, perché la minaccia del terrorismo non può intaccare la tutela dei diritti dell'uomo, così come non può essere imposto un onere probatorio più gravoso sulla persona che rappresenta un pericolo per la collettività. Spetta quindi alle autorità nazionali analizzare, caso per caso, se un provvedimento di espulsione possa avere conseguenze sulla vita stessa dell'individuo allontanato. Sotto il profilo dell'onere della prova, pur richiedendo un accertamento rigoroso delle tesi del soggetto espulso, la Corte ha rimesso l'onere sullo Stato, cui spetta dissipare ogni dubbio, primo dei quali i casi in cui un individuo rientri in gruppi sistematicamente a rischio di trattamenti disumani. Così nella vicenda Saadi, perché dai rapporti internazionali di organizzazioni non governative - osserva la Corte - risulta che proprio le persone accusate di terrorismo subiscono trattamenti non in linea con gli standard internazionali. È lo Stato quindi a dover accertare, per non incorrere in una violazione dell'articolo 3, che un provvedimento di espulsione non presenti rischi per l'individuo da allontanare. Non basta però - come ha fatto l'Italia - fare riferimento a dati formali come la ratifica, da parte della Tunisia, di trattati internazionali sulla tutela dei diritti umani. [TOP](#)

Fonte: <http://www.mediatoreinterculturale.it/?p=173> – 01.03.08

Data da pesquisa: 14.03.08

### **Cassazione: immigrati, è reato anche il solo transito**

Intervenendo in materia di immigrazione clandestina la Corte di Cassazione ha chiarito che anche il solo transito deve considerarsi reato. E questo perché "ove si ritenesse penalmente irrilevante un ingresso per il solo fatto che chi lo compie assicura di essere solo in transito e di essere diretto al proprio Paese d'origine, mancando ogni possibilità di controllare la serietà di siffatte dichiarazioni (e la loro concreta realizzazione) si finirebbe col rendere sostanzialmente ineffettiva la norma" che punisce l'ingresso dei clandestini. È questo in sostanza il contenuto di una sentenza resa dalla Prima sezione penale della

Corte (sentenza n. 6398/2008) che ha accolto il ricorso della Procura presso la Corte di Appello di Trieste contro l'assoluzione di due cittadini ucraini che avevano procurato l'ingresso illegale di tre loro connazionali in violazione del trattato di Schengen. L'assoluzione era stata concessa sul presupposto che i tre "stavano rientrando in Ucraina, via Austria, Ungheria e Romania, e aderendo al principio secondo cui il transito momentaneo e provvisorio non costituisce reato". A giudizio della Cassazione è corretto quanto rilevato dalla Procura secondo cui "non potendosi mai conoscere le reali intenzioni del viaggiatore, ed essendo diabolica la prova di

dimostrare, da parte dell'accusa, che lo strabiero voleva permenere e non transitare, ci si troverebbe di fronte ad un'abrogazione di fatto della norma penale". I giudici di Piazza Cavour hanno anche sottolineato che non e' "pensabile che il legislatore italiano abbia pensato di punire lo straniero che dichiara di volersi recare in Austria per rimanervi, e di non punire lo straniero che dichiara di recarsi in Austria solo per transito, lasciando poi all'autorita' austriaca di accertare se le intenzioni dello straniero sono state poi effettivamente realizzate". In sostanza si è di fronte a un "reato di pericolo, sicche' e'

sufficiente ad integrarlo, la condotta diretta a procurare l'ingresso illecito dello straniero dall'Italia nel territorio di uno Stato confinante, del quale egli non sia cittadino o non abbia titolo di residenza permanente, a nulla rilevando ne' la durata di tale ingresso, ne' la destinazione finale del trasferimento". (Roberto Cataldi) [TOP](#)

Fonte:

[http://www.studiocataldi.it/news\\_giuridiche.asp/news\\_giuridica\\_5255.asp](http://www.studiocataldi.it/news_giuridiche.asp/news_giuridica_5255.asp) - 16.02.08

Data da pesquisa: 15.03.08

## Rifugiati: ecco come cambia la procedura

*Un decreto legislativo sulla protezione internazionale recepisce le norme Ue. Scarica il testo*

Roma – 20 febbraio 2008 - L'Italia di adegua agli standard europei sulla protezione internazionale. Il decreto legislativo che recepisce le "Norme minime per le procedure applicate negli Stati membri ai fini del riconoscimento e della revoca dello status di rifugiato" è stato pubblicato sabato scorso ed entrerà in vigore il 2 marzo. Bisognerà però aspettare i regolamenti di attuazione perché diventi pienamente operativo.

Il testo prevede che le domande vengano presentate alla polizia di frontiera o in Questura e che la Polizia informi il cittadino straniero dei suoi diritti e doveri, oltre a consegnargli un opuscolo preparato dalla Commissione nazionale per il diritto d'asilo. Durante la procedura il richiedente può farsi assistere dall'Alto commissariato delle nazioni unite per i rifugiati o da altre associazioni e, se necessario, da un interprete.

La Polizia non può valutare le domande, ma si limita a girarle alle commissioni territoriali per il riconoscimento della protezione internazionale, le uniche autorità competenti in materia. La commissione, entro 30 giorni dalla domanda, ascolta il richiedente nel corso di un colloquio a porte chiuse e prende una decisione nei tre giorni successivi.

Nell'esame si deve tener conto della situazione generale esistente nel Paese di origine o, ove occorra, in quelli di transito, e non può respingere la domanda solo perché non è stata presentata tempestivamente. Fino alla decisione, il richiedente può rimanere in Italia senza restrizioni, salvo alcuni casi.

Verranno ospitati in centri di accoglienza ad hoc, dai quali si può uscire durante il giorno, i richiedenti dei

quali va accertata l'identità o la nazionalità, quelli che hanno tentato di sottrarsi ai controlli di frontiera o quelli che hanno presentato domanda dopo essere stati sorpresi in condizione irregolare o dopo un'espulsione. Nel primo caso rimangono nei centri fino all'identificazione, in tutti gli altri durante l'esame della domanda, ma comunque non oltre 35 giorni.

Nei Centri permanenza temporanea oggi usati per i clandestini, dai quali non è possibile uscire, verranno invece trattenuti i richiedenti asilo sospettati di essere criminali di guerra, i cittadini stranieri espulsi per motivi di ordine e sicurezza pubblica e quelli già condannati per alcuni tipi di reati tra i quali il favoreggiamento dell'immigrazione clandestina e la tratta.

Chi è accolto o trattenuto nei centri di cui sopra avrà i mano un attestato sulla sua condizione di richiedente protezione internazionale, gli altri avranno invece un permesso di soggiorno valido tre mesi e rinnovabile fino alla fine della procedura. I minori non accompagnati verranno invece presi in carico dal sistema di protezione gestito dagli enti locali.

Non verranno ammesse le domande presentate da chi è già stato riconosciuto come rifugiato da un altro Stato che applica la convenzione di Ginevra, oppure da chi ha già presentato una domanda in passato e nella nuova non aggiunge altri elementi per la valutazione del suo caso.

La commissione potrà riconoscere lo status di rifugiato o la protezione sussidiaria oppure rigettare la domanda. Il respingimento avviene con un provvedimento motivato che verrà subito notificato al richiedente insieme alla spiegazione dei mezzi di

impugnazione. Se, pur non accogliendo al domanda, riterrà che sussistano gravi motivi di carattere umanitario, potrà trasmettere gli atti Questura per l' eventuale rilascio di un permesso di soggiorno. (Elvio Pasça) [TOP](#)

Fonte:  
[http://www.stranieriinitalia.it/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2879&Itemid=173](http://www.stranieriinitalia.it/index.php?option=com_content&task=view&id=2879&Itemid=173) – 20.02.08

Data da pesquisa: 10.03.08

## Visti brevi più semplici per chi arriva dai Balcani

*In vigore gli accordi europei. Agevolati i parenti stretti e chi viaggia spesso*

Roma - Da quest'anno è più facile per i cittadini extraUe provenienti da alcuni Paesi dei Balcani Occidentali far ingresso in Italia per soggiorni brevi.

Il 1° gennaio 2008 sono entrati in vigore gli accordi tra Comunità europea e Albania, Ucraina, Repubblica Moldova, Serbia, Bosnia-Erzegovina, Montenegro e Macedonia, relativi alla riammissione delle persone irregolari e, appunto, alla semplificazione delle procedure di rilascio dei visti per soggiorni di breve durata (massimo 90 giorni). Le informazioni a riguardo sono state pubblicate sulla Gazzetta Ufficiale dell'Unione Europea del 29 gennaio 2008 L.24 .

I cittadini di questi Paesi, soprattutto quelli che viaggiano frequentemente (per uomini d'affari, giornalisti, autotrasportatori, partecipanti a programmi di scambi ufficiali o di attività scientifica, culturale e artistica) nel momento in cui richiederanno il visto per soggiorni brevi in un paese dell'Unione europea usufruiranno di una procedura agevolata. Tra le categorie di persone "facilitate" rientra anche quella dei "parenti stretti" intesi come coniugi, figli, genitori (anche tutori), nonni e nipoti che vogliono recarsi in visita a cittadini provenienti dai Paesi balcanici firmatari degli accordi, regolarmente residenti nel territorio di uno Stato Membro.

Ma in cosa consistono queste semplificazioni?

Prima di tutto il tempo di rilascio del visto è sceso da trenta a dieci giorni, e in casi urgenti anche a tre giorni. Il costo relativo alle spese di rilascio dei visti ammonta a 35 euro, e non 60 euro. Addirittura è prevista un' esenzione al pagamento di tali diritti per alcune categorie di richiedenti (es. parenti stretti). Così come per alcune categorie è previsto il rilascio, da parte delle rappresentanze diplomatiche e consolari, di visti per più ingressi validi fino ad un anno, oppure da un minimo di due ad un massimo di cinque anni, o addirittura validi fino a cinque anni (esempio per coniugi o figli minori a carico o minori di 21 anni o genitori).

Queste agevolazioni per il rilascio dei visti andranno applicate dai consolati di tutti i Paesi dell'UE, tranne che da quelli di Danimarca, Regno Unito e Irlanda (che non hanno sottoscritto l'accordo Schengen sulla libera circolazione delle persone), oltre dalle rappresentanze diplomatiche di Norvegia e Islanda.

[TOP](#)

Fonte:  
[http://www.stranieriinitalia.it/index.php?option=com\\_content&task=view&id=3052&Itemid=173](http://www.stranieriinitalia.it/index.php?option=com_content&task=view&id=3052&Itemid=173) – 04.03.08

Data da pesquisa: 10.03.08

## Albânia - Un passo verso la liberalizzazione dei visti

*Oggi, a Tirana l'incontro per trattare le condizioni che apriranno agli albanesi i confini dell'Ue*

Bruxelles - 7 marzo - Si sono aperti questa mattina a Tirana i negoziati per la conclusione di un accordo che porterà all'eliminazione dell'obbligo di visto per i cittadini albanesi in viaggio verso i Paesi dell'Unione europea. "E' un momento storico per tutti gli albanesi che da oggi si sentono più liberi, più degni, più sicuri del loro avvenire europeo", ha commentato il primo ministro albanese Sali Berisha al termine

dell'incontro con il vicepresidente della Commissione europea, Franco Frattini.

Il premier albanese ha ringraziato "per la fiducia dimostrata dall'Ue all'Albania. Un Paese - ha assicurato - impegnato a lanciare le riforme, ad applicare le leggi e a rispettare tutti gli standard richiesti dai partner europei". Da parte sua, Frattini si è mostrato ottimista su un esito positivo dei negoziati. "L'Albania - ha detto il commissario

italiano responsabile di giustizia, libertà e sicurezza - ha fatto dei progressi e ha iniziato un ottimo programma di riforme. Il nuovo regime dei visti dipende dai risultati ma sono sicuro che saranno raggiunti in un breve termine".

Oggi gli albanesi sono uno dei popoli del mondo con meno possibilità di viaggiare: sono al 184esimo posto su 192 nell'indice Henley, che misura il numero di Paesi in cui si può viaggiare senza obbligo di visto. Un isolamento che favorisce l'immigrazione clandestina.

Per controllare i flussi illegali di immigrati, l'Albania ha vietato per un periodo di tre anni la navigazione di imbarcazioni private nelle sue acque territoriali. Ma Bruxelles chiede anche l'emissione di carte di identità non falsificabili, la lotta da parte del governo albanese al crimine organizzato e il mantenimento dell'ordine pubblico. [TOP](#)

Fonte: <http://www.stranieriinitalia.it/news/albania7mar2008.htm> - 07.03.08

Data da pesquisa: 15.03.08

## Germania - Erdogan: un crimine assimilare stranieri

*Il premier di Ankara chiede scuole e università per la minoranza. La Merkel: «Sono io la loro cancelliera»*

BERLINO - Nemmeno Helmut Kohl, nei gloriosi anni 1989 e 1990, era riuscito ad avere 20 mila tedeschi a un comizio. Era appena caduto il Muro, ma le manifestazioni oceaniche, da queste parti, non vanno. Recep Tayyip Erdogan, primo ministro turco, nel suo lungo viaggio in Germania di questi giorni, è invece riuscito ad avere questo e altro. A Colonia, in uno stadio, almeno due decine di migliaia di cittadini tedeschi di origine turca sono andati a salutarlo, festeggiarlo, in qualche caso osannarlo. E lui si è rivolto alla folla come se fosse il suo primo ministro. Ha scaldato i cuori della minoranza etnica più consistente della Germania — quasi due milioni e mezzo di persone: ha parlato del lutto per i nove morti, turchi, di un incendio in un edificio di Ludwigshafen, che la stampa di Ankara dice essere doloso ma del quale la polizia tedesca non ha ancora stabilito le cause; ha invitato il suo popolo emigrato a non dimenticare la lingua e la cultura d'origine; ha parlato in continuazione di «noi turchi» e «loro tedeschi». Infine, è riuscito a eccitare anche il resto della Germania. Integratevi nel Paese che vi ospita, ha sostenuto, ma non fatevi assimilare, perché «l'assimilazione è come un crimine contro l'umanità»: frase che ha fatto esplodere le proteste in tutto il Paese.

Il clima era abbastanza surriscaldato: il giorno prima, già in terra tedesca, aveva proposto di aprire scuole e università turche in Germania, con insegnanti turchi. Proposta presa maluccio dalla maggioranza dei politici locali, soprattutto cristiano-democratici. L'incontro con la cancelliera Angela Merkel che è seguito è stato piuttosto teso e per nulla usuale anche nelle dichiarazioni finali. Frau Merkel ha ricordato a Erdogan che, in Germania, la cancelliera è lei, anche dei cittadini di origine turca, non lui. In

più, è entrata nel merito della questione turca, che nel Paese è il perno attorno al quale si sviluppa tutto il dibattito sui temi dell'immigrazione e sui modi di integrare chi arriva. «Mi fa piacere — ha detto la cancelliera rivolgendosi a Erdogan — che si dica a favore dell'integrazione e dell'imparare la lingua tedesca, ma una vita di lungo periodo in un Paese significa anche un'accettazione più forte dei suoi costumi. Non credo che siamo arrivati alla fine di questa discussione»: per dire che le sue idee su come entrare e stare in Germania sono diverse da quelle del primo ministro di Ankara. Non solo: ha sostenuto che non ha nessuna intenzione di vedere i bambini di origine turca andare a una scuola dove imparano il tedesco «come quinta lingua straniera».

Scontro serio, di contenuto, insomma: integrazione contro assimilazione. Il problema, serio non solo in Germania, è esploso sulla stampa e tra i politici, soprattutto quelli cristiano-democratici (come Frau Merkel) che molto spesso fanno di questo tema il cuore delle loro campagne elettorali locali (non sempre con successo). Erwin Huber — il leader della Csu, il partito bavarese alleato della Cdu a livello nazionale — ha preso il discorso di Colonia per attaccare Erdogan e sostenere che il processo di adesione della Turchia all'Unione europea deve essere riconsiderato. Il premier bavarese Günther Beckstein, anch'egli della Csu, ha detto che un buon cittadino, in Germania, deve «imparare il tedesco e parlarlo in famiglia». In generale, i mezzi di informazione hanno giudicato populista e pericoloso l'approccio del primo ministro turco alle relazioni tra gli immigrati e il resto della società in Germania. Ma la questione, dopo il passaggio di Erdogan, è in termini nuovi: integrare o assimilare? [TOP](#)



Fonte:

[http://www.corriere.it/esteri/08\\_febbraio\\_13/erdogan\\_colonia\\_as](http://www.corriere.it/esteri/08_febbraio_13/erdogan_colonia_as)

[similazione\\_b972819a-d9ff-11dc-be67-0003ba99c667.shtml](http://www.similazione_b972819a-d9ff-11dc-be67-0003ba99c667.shtml) - 13.02.08

Data da pesquisa: 15.03.08

## **Verso le Olimpiadi: schedatura di massa dei migranti di Pechino**

*La polizia registrerà tutti i 4,2 milioni di migranti. Molti temono che serva per "cacciare" chi non ha il permesso di residenza, anche se le autorità lo negano. Intanto nel Guangdong cercano di allettare nuova forza lavoro.*

Pechino (AsiaNews/Agenzie) – A Pechino 3mila poliziotti registreranno tutti i lavoratori migranti prima delle Olimpiadi, per garantire "un ambiente sicuro e armonioso", secondo l'Ufficio municipale per la Sicurezza pubblica. Ma molti temono che la "schedatura" di massa sia propedeutica ad altre iniziative.

La Capitale ha 4,2 milioni di migranti su 16 milioni di abitanti. Il loro lavoro è stato essenziale per la rapida realizzazione delle opere olimpiche e, finora, né Pechino né altre città hanno sentito necessità di schedare i circa 150 milioni di migranti del Paese. Sono chiamati "la popolazione galleggiante", che non ha la residenza nella città dove lavora, né diritto all'assistenza sanitaria e alla scuola gratuita per i figli.

Secondo l'Ufficio per la sicurezza, i migranti dovranno chiedere il permesso temporaneo di residenza e chi non lo fa "riceverà un ammonimento o una multa di 50 yuan o meno". Non è però chiaro a quali condizioni sarà dato il permesso e se chi ne è

privo potrà restare in città. Anche per questo esperti temono che Pechino voglia espellerli per le Olimpiadi, così da assicurare maggior disponibilità di acqua e rendere più agevole la circolazione, sebbene le autorità neghino l'intenzione. Nei mesi scorsi Pechino ha chiuso centinaia di scuole per figli di migranti.

Intanto l'industriale Guangdong, per rimediare alla grave carenza di mano d'opera, prevede di spendere quest'anno 1,5 miliardi di yuan per l'addestramento di nuovi lavoratori. La provincia ha già addestrato oltre 1,35 milioni di giovani rurali dal 2005, ma non riesce a soddisfare la domanda di mano d'opera, nonostante il salario degli operai sia cresciuto, facendo "fuggire" molte ditte in luoghi dove è minore, come Vietnam e Bangladesh. [TOP](#)

Fonte: <http://www.asianews.it/index.php?l=it&art=11630&size=A> - 27.02.08

Data da pesquisa: 08.03.08

## **Espanha barrou mais de 450 brasileiros em fevereiro**

*Anelise Infante - da BBC Brasil, em Madri*

O número de brasileiros barrados no aeroporto de Barajas, em Madri, aumentou mais de 20 vezes em um ano e meio, de acordo com dados da embaixada do Brasil na Espanha. Só no mês passado, 452 brasileiros foram impedidos de entrar na Espanha. Segundo o consulado, em agosto de 2006, apenas 20 brasileiros haviam sido barrados no país.

O cônsul do Brasil em Madri, Gelson Fonseca, diz que o problema está "prejudicando a boa relação entre os dois países". Na opinião do cônsul, o caso dos dois universitários não admitidos na quarta-feira --e que, até a manhã desta quinta, permaneceriam retidos no aeroporto de Madri-- "deixou de ser um problema consular para tornar-se uma questão política".

Em nota divulgada nesta quinta-feira, o Ministério das Relações Exteriores diz que "o embaixador do Brasil na Espanha, José Viegas Filho, fez chegar ao chanceler espanhol a insatisfação do ministro Celso Amorim" com "o novo episódio de negação de entrada de brasileiros na Espanha" ocorrido na quarta-feira. De acordo com o texto, "as medidas recentemente adotadas pelas autoridades imigratórias da Espanha são incompatíveis com o bom nível do relacionamento entre os dois países". O comunicado termina com a informação de que "o Ministério das Relações Exteriores está examinando a adoção de medidas apropriadas em resposta ao ocorrido, tendo em conta, inclusive, o princípio da reciprocidade".

### *Intervenção*

Os estudantes Patricia Rangel e Pedro Lima, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, viajaram a Madri para seguir até Lisboa e assistir ao 4º Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, mas foram impedidos de entrar na Espanha e recorreram ao consulado. Apesar da intervenção do cônsul, que telefonou para as autoridades policiais do aeroporto e enviou faxes com cartazes do congresso, a polícia não os liberou.

Em entrevista à BBC Brasil, o cônsul disse que até a manhã desta quinta-feira a informação era de que os universitários seguiam retidos no aeroporto, na sala onde os inadmitidos ficam à espera de serem repatriados ou aguardando a apelação formal. No caso da apelação formal, há um advogado público gratuito que pode acionado até que a disputa judicial com o governo espanhol termine ou que a embaixada intervenha, como ocorreu com os dois estudantes.

### *Normas*

Nos recentes casos de universitários brasileiros que tentaram entrar na Espanha para seguir viagem a Portugal e foram barrados na aduana, as autoridades espanholas se defenderam das críticas feitas no Brasil. A Unidade Contra Redes de Migração e Falsificação (UCRIF), setor da polícia

espanhola responsável pelo controle de aduanas, argumenta que não há discriminação.

O porta-voz policial do aeroporto de Madri disse à BBC Brasil que o critério é o mesmo para todos, independentemente de condições sociais ou nacionalidades. "Normas são normas", afirmou o porta-voz. "Quem não cumpre, não pode entrar."

Segundo a polícia espanhola, os estudantes não haviam apresentado confirmação de reservas em hotel, visto do espaço Schengen (área de livre circulação dentro da União Européia), nem mostraram dinheiro suficiente para custear as estadas durante a viagem. "Nesses casos, o consulado pode fazer muito pouco", afirma o cônsul em Madri. "Se uma pessoa falha nos requisitos pedidos pela polícia, não adianta dizer que esses requisitos podem ser substituídos, dizendo que receberão dinheiro em Lisboa ou que quando chegarem lá resolvem."

"O que tentamos fazer é confirmar à polícia que as informações (dadas pelos estudantes) são certas", acrescentou. "Meu limite é tentar proteger as pessoas, mas não há muito o que fazer." [TOP](#)

Fonte:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u379323.shtml> - 06.03.08

Data da pesquisa: 15.03.08

## **Brasil - Especialista defende adoção do princípio da reciprocidade contra a Espanha**

*Paula Laboissière - Repórter da Agência Brasil*

Brasília - O princípio da reciprocidade em relação à repatriação de brasileiros por parte da Espanha é a única alternativa a ser considerada pelo Brasil. A avaliação é do diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e integrante do comitê jurídico da Organização dos Estados Americanos (OEA), Ricardo Seitenfus.

"A reciprocidade é um princípio fundamental do direito internacional. Não podemos abrir mão do único instrumento que temos para defender os interesses dos brasileiros no exterior. Caso não aceitemos a reciprocidade, o Estado brasileiro estará totalmente desarmado para defender seus próprios nacionais. Esse é o único caminho", disse hoje (11) o professor em entrevista à Rádio Nacional.

Seitenfus lembrou que, pouco após os atentados terroristas em território norte-americano no dia 11 de

setembro de 2001, os Estados Unidos começaram a aplicar novas regras para o ingresso de estrangeiros no país, além de dividirem os países em dois grupos: um sujeito a regras mais brandas e o outro, a regras mais estreitas. O Brasil, por exemplo, foi classificado no segundo grupo e, diante disso, o governo brasileiro decidiu optar pelo princípio da reciprocidade e exigir dos norte-americanos a mesma documentação cobrada de brasileiros.

"No entanto, não se deve confundir reciprocidade com vingança ou retaliação. A reciprocidade é um princípio límpido, transparente e aceito pelo direito internacional e pelos tratados internacionais. Deve ser aplicado com isenção, com calma e com objetividade para não perturbar mais as relações entre os dois países [Brasil e Espanha]. Mas é um direito e um dever do Estado brasileiro de aplicá-lo", defendeu Seitenfus.

Aos que pretendem visitar a Europa – e que devem desembarcar, ainda que em trânsito, no aeroporto internacional de Madri – Seitenfus aconselha que entrem no site da União Européia e verifiquem as regras estabelecidas para imigração. Ele reforça, entretanto, que o problema com a entrada de brasileiros na Espanha está na aplicação “subjativa” das exigências.

“O direito de ingressar em território estrangeiro, de fato, não existe. Apesar de alguém obter o visto para ingressar em outro território, esse direito pode ser

insuficiente no momento do ingresso efetivo. Um funcionário da polícia de controle da fronteira pode barrar a entrada desse candidato. Portanto, o demônio se encontra justamente nos detalhes, nos não-ditos, nas entrelinhas e na aplicação desses critérios”, lamentou o professor. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/03/11/materia.2008-03-11.1091617855/view-11.03.08>

Data da pesquisa: 15.03.08

## **Espanha reconhece ter "errado" no tratamento oferecido a brasileiros**

*País admite que não sabia de erros até eles chamarem atenção da imprensa*

O Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha reconheceu ontem ter havido "erros" no tratamento dado a passageiros brasileiros, o que iniciou uma crise entre os dois países. Um porta-voz da pasta admitiu à agência Reuters que o ministério não tinha ciência "dos erros até que eles começaram a chamar a atenção da imprensa e da opinião pública".

"O caso está em vias de ser solucionado", afirmou, ao confirmar uma reunião de subsecretários dos dois lados no final do mês. "O primeiro passo está dado, que é a conversa", completou, sem dar detalhes das medidas que podem ser adotadas.

Em janeiro e fevereiro, as autoridades do país barraram 880 brasileiros que tentavam entrar na Espanha, segundo dados do Ministério do Interior. Em 2007, houve em média oitros pessoas inadmitidas por dia; em fevereiro deste ano, foram 15 por dia.

"Sabemos que existe imigração ilegal e não a defendemos, mas nos incomodou o fato de que foram recusadas muitas pessoas com toda a documentação necessária", disse o porta-voz. "Sendo assim, agora estamos trabalhando para a reunião [que ocorrerá em Madri]. Esperamos que tudo termine bem."

Ele negou que a conduta espanhola poderia ser resultado de pressões da União Européia. "Não há pressão."

A chancelaria espanhola não mostrou sinais de preocupação, pois considera que há vontade política

em ambas as partes e isso se evidenciou em uma conversa entre o ministro espanhol Miguel Angel Moratinos e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Em uma ligação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o primeiro-ministro espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, também foi mostrado interesse de resolver a situação.

Ontem, Lula disse que a crise é grave, mas está sendo resolvida diretamente com o governo espanhol. Ele recebeu o presidente da Comissão Européia, o português José Manuel Durão Barroso, mas disse que prefere tratar o tema com Zapatero.

"A questão da imigração nós já estamos tratando com a Espanha. O presidente Durão Barroso nos ajudou muito quando tivemos problemas [na imigração] em Portugal. Agora temos que tratar diretamente com a Espanha, porque é outro problema e está mais grave", afirmou.

"O Celso Amorim já está tratando disso. E como somos amigos, tenho certeza que os espanhóis têm pelo Brasil a mesma admiração que a gente tem pela Espanha. Somos amigos pessoais do Zapatero. Acho que essas coisas vão ser resolvidas logo."

Procurado, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil informou que não comentaria as declarações do porta-voz espanhol. [TOP](#)

Fonte:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2003200815.htm> - 20.08.08

## Polícia federal vai barrar estrangeiros em Foz do Iguaçu

*Quem não apresentar documento padrão na Tríplice Fronteira não entra mais no Brasil. Bolivianos foram deportados*

*Da Redação do Jornal do Estado com agências*

Depois que a Polícia Federal (PF) barrou a entrada de 50 bolivianos que tentavam passar pela Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu, na tarde de domingo, o governo brasileiro anunciou novas medidas para evitar a entrada ilegal no País na Tríplice Fronteira — Brasil, Argentina e Paraguai. A PF vai intensificar a fiscalização, especialmente na Ponte da Amizade, acesso entre Foz e Cidade de Leste, no lado paraguaio. A carteira de identidade será obrigatória para qualquer estrangeiro.

“Quem não se identifica não entra, isso vale tanto para os brasileiros como para os estrangeiros que chegam a pé, de moto ou carro”, afirmou o chefe do Núcleo de Migração, Cleo Mazzoti, em matéria na Agência Brasil.

A medida faz parte do Sistema de Tráfego Internacional (STI) que deve ser implantado de forma gradual em Foz do Iguaçu. Segundo a assessoria de imprensa do órgão, algumas pessoas já são barradas se não portarem os documentos obrigatórios. A PF contratou uma empresa para realizar o trabalho burocrático de inserir dados dentro do sistema. Pela ponte da Amizade passam diariamente cerca de 25 mil pessoas, e que esse número salta para 35 a 40 mil de dezembro a fevereiro. Os menores de 18 anos precisam estar acompanhados de um responsável, do contrário também têm a entrada impedida.

Os 50 bolivianos barrados estariam com documentos falsificados. O ônibus que os conduzia foi abordado pela Polícia Rodoviária Federal na saída de Foz do Iguaçu. Eles seguiam para São Paulo, onde pretendiam trabalhar. Numa primeira

vistoria realizada pelos policiais, levantou-se a suspeita de que a documentação que possuíam seria falsa. O motorista, que é brasileiro, foi preso.

Levados de volta à ponte da Amizade, os peritos confirmaram a falsificação da tarjeta migratória, um cartão de entrada e saída do Paraguai. A PF providenciou, então, a deportação de 39 bolivianos e a notificação de outros 11 que ainda não completaram 18 anos e que acompanhavam os pais, para que deixassem o País.

O nome do motorista não foi divulgado pela polícia. Ele está preso na sede da PF e responderá pelos crimes de falsificação de documento, falsificação ideológica, uso de documento falso e introdução de estrangeiros no País. O ônibus ficou retido no pátio da PF. No sábado, a polícia já tinha impedido a entrada de outros quatro bolivianos na ponte da Amizade, por não possuírem os documentos legais.

Nos últimos dias a Direção de Migrações do Paraguai tem sido rigorosa na fiscalização da documentação de brasileiros que trabalham em Cidade de Leste. No entanto, Mazzoti descarta que isso seja uma retaliação ao novo sistema de controle de migração adotado pela polícia brasileira. Segundo ele, a legislação paraguaia tem as mesmas normas há muitos anos e está apenas fazendo cumprir a lei. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.bemparana.com.br/index.php?n=60998&t=policia-federal-vai-barrar-estrangeiros-em-foz-do-iguacu> – 02.03.08

Data da pesquisa: 12.03.08

## Espanha firma acordo sobre imigração com países africanos

Madri, 28 fev (Lusa) - O Ministério espanhol do Interior anunciou nesta quinta-feira a assinatura de acordos de controle dos espaços marítimos com três países africanos para combater a imigração clandestina.

Os protocolos assinados com Guiné-Bissau, Guiné e Gâmbia "vêm se somar aos já celebrados com Marrocos, Mauritânia, Senegal e Cabo Verde e

fecham o quadro do controle das costas ocidentais africanas", diz um comunicado do Ministério.

Com prazo de vigor por "tempo indeterminado", os acordos permitirão aos barcos e aviões da guarda civil espanhola e de outros países patrulhar nas 200 milhas náuticas das suas zonas econômicas exclusivas, prossegue o texto.

A cooperação com estes países é "determinante para o controle, não apenas das partidas de

imigrantes em embarcações frágeis, mas também dos grandes barcos utilizados para o tráfico de pessoas", ressaltou o Ministério.

O arquipélago espanhol das Canárias é uma das principais portas de entrada na Europa da imigração clandestina africana pelo mar. As chegadas de imigrantes às Canárias diminuíram nos últimos meses, com 12.478 em 2007, 60% a menos do recorde atingido em 2006 (31.678).

A diminuição é explicada pelo trabalho do Frontex, dispositivo europeu de controle marítimo, que permitiu interceptar ao longo das costas africanas cerca de 13 mil clandestinos que viajavam em 155 embarcações com destino às Canárias desde que foi posto em prática, em agosto de 2006. [TOP](#)

Fonte:

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/lusa/2008/02/28/ult611u77000.jhtm - 28.02.08>

Data da pesquisa: 08.03.08

## **Japão quer exigir conhecimentos de japonês de imigrantes residentes**

*Por Gabriela Manzini*

O governo do Japão pode passar a exigir conhecimento da língua japonesa dos estrangeiros que residem há muito tempo no país. No mês passado, o ministro de Negócios Exteriores do Japão, Masahiko Koumura, afirmou que a proposta é tratada como prioritária nas diretorias da sua pasta e do Ministério da Justiça.

"É importante que esses estrangeiros que vivem no Japão sejam capazes de falar japonês para melhorar sua qualidade de vida. Também é importante para a sociedade japonesa. Nós esperamos que isso não apenas encoraje os estrangeiros que vivem no Japão a melhorar as habilidades em japonês mas também reforce a tendência de as pessoas de todos os países estudarem japonês antes de vir ao país", afirmou o ministro.

O ministro afirmou que o Japão poderia tomar uma decisão "bem facilmente e rapidamente", mas decidiu discutir a questão por saber que existem prós e contras. "O que percebemos é que há mais conseqüências positivas que negativas. Naturalmente, há influências de ambos lados, e nós

não queremos uma abordagem 'tudo ou nada'. Nós vamos discutir de um modo cauteloso para não irmos longe demais, mas faremos o que tiver que ser feito."

Grande parte dos dekasségus brasileiros viaja para o Japão para trabalhar em fábricas --em especial grandes montadores de carros. Eles não só não falam japonês como têm dificuldade para custear cursos do idioma no país.

Na entrevista, o ministro disse que não sabe se ter conhecimentos em japonês se tornará um fator decisivo na concessão de vistos de permanência duradoura.

Ele também negou ter uma previsão de quando eventuais novas regras poderão ser colocadas em prática. [TOP](#)

Fonte:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u373443.shtml>  
18.02.2008

Data da pesquisa: 27.02.2008

## **EUA amplia "cerca virtual" em fronteira e multas para empresas com ilegais**

Washington, 22 fev (EFE).- O Governo dos Estados Unidos disse hoje que aprovou a ampliação de uma "cerca virtual" na fronteira com o México para combater o tráfico de drogas e a entrada de imigrantes ilegais. O país anunciou ainda que aumentará as multas sobre as empresas que contratarem imigrantes ilegais.

Durante uma entrevista coletiva, os secretários de Segurança Nacional, Michael Chertoff, e de Justiça, Michael Mukasey, afirmaram que ambas as medidas fazem parte de um esforço para frear a imigração ilegal no país.

A "cerca virtual", cuja construção será realizada pela empresa Boeing, faz parte de um plano nacional para fortalecer a segurança na fronteira com o

México, e inclui barreiras contra pedestres e veículos e equipes de alta tecnologia.

As autoridades a colocarão "praticamente ao longo de toda a fronteira", dependendo da topografia e das necessidades da zona, explicou Chertoff.

Mukasey, por sua vez, anunciou um aumento de 25% nas multas civis, de até US\$ 5 mil, para as companhias que, com pleno conhecimento, contratem trabalhadores imigrantes ilegais.

O aumento das multas será publicado no "Registro Federal", o jornal oficial do Governo, na próxima semana, e entrará em vigor em 27 de março.

Os dois funcionários apareceram hoje diante das câmaras para defender as medidas tomadas pelo Governo dos EUA em resposta ao fracasso de uma reforma migratória integral no Senado o ano passado.

As medidas, quase todas de caráter policial, têm como meta fortalecer a segurança na fronteira, fazer cumprir as leis migratórias nos locais de trabalho e melhorar o sistema migratório do país. [TOP](#)

Fonte:

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2008/02/22/ult1808u112847.jhtm> - 22.02.08

Data da pesquisa: 27.02.08

## **França estabelece meta de expulsar 26 mil imigrantes ilegais em 2008**

Paris, 15 fev (EFE).- O primeiro-ministro francês, François Fillon, fixou como meta para 2008 a expulsão de 26 mil imigrantes ilegais, dando prosseguimento à "luta sem quartel" contra a imigração clandestina.

A meta fixada por Fillon, em entrevista que publica amanhã a revista "Le Figaro", representa um aumento de mil expulsões sobre o estabelecido para 2007, alvo que não se cumpriu.

"Nós tínhamos fixado uma meta de 25 mil expulsões em 2007.

Estamos em 24 mil. O objetivo é atingir 26 mil para 2008", afirmou o chefe do Governo conservador francês. O mês passado, o ministro de Imigração, Brice Hortefeux, informou que o número de imigrantes ilegais expulsos em 2007 estava entre "23 mil e 24 mil", apesar de fontes policiais anunciarem que o número está mais próximo de 23 mil que de 24 mil.

"Modificamos a legislação para orientar a política francesa em direção a uma imigração econômica

mais que familiar. Queremos adaptar os fluxos migratórios às necessidades da economia francesa", afirmou Fillon.

Em virtude da política do presidente Nicolas Sarkozy de uma imigração "escolhida", em lugar de "sofrida", o Governo pretende elevar para 50% a imigração profissional, que nos últimos anos representava só 7% do total.

A lei sobre imigração adotada no segundo semestre do ano passado endurece consideravelmente as condições de imigração. O aspecto mais controverso da legislação é uma emenda que abre caminho para que sejam feitos testes de DNA em aspirantes à cidadania no país. Os testes serviriam, supostamente, para provar laços de parentescos entre candidatos a imigrantes e os familiares que já vivem na França. [TOP](#)

Fonte:

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2008/02/15/ult1807u43510.jhtm> - 15.02.08

Data da pesquisa: 18.03.08

## **Angola admite não ter leis para combater tráfico de pessoas**

Luanda, 18 mar (Lusa) - Angola, um dos países de origem do tráfico de pessoas, não possui legislação própria para combater este crime, reconheceu nesta terça-feira, em Luanda, Paulino da Silva, responsável pelo Gabinete de Intercâmbio e Cooperação do Ministério do Interior angolano.

Paulino da Silva, que participou da abertura de um seminário sobre essa temática, disse que Angola precisa atualizar seus instrumentos jurídicos e aperfeiçoar sua ação operativa, necessitando do apoio de todas as esferas do país para obter resultados. "Este workshop surge também para demonstrar que há ainda muito por fazer em Angola,

a julgar pelas experiências de outros países, alguns dos quais principais pontos de origem das vítimas destas redes criminosas", frisou o responsável, ao discursar na abertura do seminário promovido pelo Ministério do Interior, em colaboração com a Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Segundo Paulino da Silva, a redução da vulnerabilidade das vítimas passa pelo cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, em especial a redução da pobreza, da desigualdade de gênero, e o aumento do acesso a educação, saúde e emprego. "Isto desencorajaria a busca por melhor vida de muitos jovens, cujos sonhos acabam por ser aproveitados pelos traficantes de seres humanos", acredita.

Por sua vez, o representante da OIM no Timor Leste, José Martins, disse, sem avançar números, que em Angola "há muitos casos de tráfico de mulheres e crianças", que têm como destino a vizinha Namíbia. José Martins, que participa do seminário para transmitir as experiências do Timor Leste, afirma que o fenômeno do tráfico de pessoas tem aumentado nos últimos anos por causa das "lacunas legais", ocupando o terceiro lugar entre os crimes transacionais, depois do tráfico de drogas e de armas. "Nos últimos anos, cada vez mais os países estão interessados em combater este tipo de crime e fico felicíssimo por Angola também estar interessada", destacou, acrescentando que, em Angola, "o combate a este crime acaba por ser uma proteção para a população".

José Martins defende que a principal estratégia a ser adotada na luta contra o tráfico de pessoas é a criação de leis de punição. "Acho que a estratégia número um é criar mecanismos legais", diz José Martins, explicando que, na ausência de legislação, o tráfico passa a ser um "crime fácil e com bastantes lucros".

Em declarações à imprensa, a representante da OIM em Angola, Katharina Schnoring, disse que a organização está elaborando um estudo, em conjunto com o Ministério do Interior, sobre o tráfico de pessoas, cujas conclusões serão divulgadas dentro de seis meses. De acordo com Katharina Schnoring, se forem criados mecanismos eficazes para o combate a este crime, dentro de alguns anos será possível ter uma noção mais realista do que acontece no mundo. "Hoje, ainda é difícil dizer números devido ao próprio caráter do crime", ressalva Schnoring.

A representante da OIM lembrou a importância de se distinguir as vítimas de tráfico de seres humanos dos imigrantes ilegais, considerando que as primeiras carecem de proteção. A OIM tem um projeto de luta contra o tráfico de pessoas na África Austral, voltado para a assistência às vítimas e a divulgação de informações para a população. A organização realizou, em 2003, um estudo na África do Sul sobre o fenômeno, tendo concluído que o país recebe vítimas provenientes de Angola.

Sobre o tráfico de crianças, foi realizado outro estudo, há alguns anos, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que concluiu que crianças angolanas são submetidas a trabalhos forçados na Namíbia. O incentivo à imigração voluntária, sobretudo de mulheres e crianças, com base em falsas promessas de casamento ou de melhores oportunidades de emprego e de educação, é a principal tática utilizada pelos traficantes de pessoas para atingirem seus objetivos. No país de destino, as vítimas são vendidas, exploradas sexualmente e sujeitas a trabalho escravo. [TOP](#)

Fonte:

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/lusa/2008/03/18/ult611u77215.jhtm> - 18.03.08

Data da pesquisa: 18.03.08

## **US Bishops: Immigration Laws Hypocritical**

*They Say System Perpetuates Class of Workers Without Rights*

U.S. bishops are telling the government that its immigration laws are hypocritical because they do not protect the rights of workers.

Bishop John Wester of Salt Lake City, chairman of the episcopal conference's Committee on Migration, criticized immigration laws in a Feb. 7 statement sent after both houses of Congress approved an

economic and stimulus package that included language to prohibit undocumented immigrants from receiving tax rebates.

"The decision to prohibit undocumented immigrants from receiving tax rebates in the stimulus bill highlights the injustice in our immigration system," he wrote. "It proves that these workers pay into the tax

system and help support our economy. It also reveals the hypocrisy of our laws. With one hand our government attempts to deport these workers, but with the other it holds tight the taxes they pay into the system. This perpetuates an underclass of workers without full rights.

"We should not accept the fruits of the labor of these workers at the same time we refuse to provide them the protection of our laws. As a democratic and free nation protective of human rights, we cannot have it both ways. Congress must mend a broken system and show the courage to enact comprehensive immigration reform."

Bishop Wester and Bishop Jaime Soto, coadjutor bishop of Sacramento and chairman of Catholic Legal Immigration Network also sent a letter Feb. 11 to Michael Chertoff, secretary of Homeland Security, expressing concern regarding Immigration and Customs Enforcement's intensified enforcement activities and the protocols followed for such actions.

"Although ICE has recently issued guidance regarding worksite enforcement operations, we believe that the guidance falls short of what is necessary," said the bishops in the letter.

They urged the enforcement agency to adopt further measures, including refraining from conducting enforcement activities in certain areas, such as at or near churches, hospitals, community health centers, schools, food banks, or other community-based organizations that provide charitable social services; suspending immigration enforcement activities in the wake of natural or man-made disasters; facilitating access to legal counsel and avoiding the transfer of individuals outside the community; and implementing mechanisms for locating family members detained as a result of enforcement actions. [TOP](#)

Fonte: <http://www.zenit.org/article-21778?l=english> - 14.02.2008

Data da pesquisa: 26.02.2008

## UK - National identity scheme delivery plan published

The delivery of the national identity scheme gathered momentum today as plans were laid out by the Home Secretary beginning with the introduction of identity cards for foreign nationals in 2008 and British citizens in 2009. The scheme will begin in November this year with introduction of identity cards for non-EEA foreign nationals; initially starting with categories most at risk of abuse, which include foreign nationals seeking to enter or remain in the UK as a student or on a marriage visa.

Fingerprints will be collected from foreign nationals before they are issued with a card, which will show the details of the holder's immigration status and entitlements - whether they are allowed to work or access benefits, and how long they can stay in the UK. Within three years all foreign nationals applying for leave to enter or remain in the UK will be required to have a card, with around 90 per cent of foreign nationals in Britain covered by the scheme by 2014/15.

From 2009, the scheme will be extended to UK citizens. The first ID cards will be issued to people working in specific sensitive roles or locations where verification of identity will enhance the protection of the public. This will start in the second half of 2009, with the issuing of identity cards to those working airside in the country's airports.

Home Secretary Jacqui Smith and Transport Secretary Ruth Kelly will jointly chair a meeting of industry representatives to ensure the smooth introduction of these new measures.

From 2010 young people will be able, on a voluntary basis, to get an identity card, which will assist them in proving their identity as they open their first bank account, take out a student loan or start employment. Later that year the scheme will be opened to voluntary applicants of any age.

From 2011/12, all passport applicants will also be registered on the scheme as they apply for the new biometric passports containing fingerprints. British citizens enrolled on the National Identity Register will be able to choose whether to have a passport or an ID card or both. This will enable an accelerated roll-out of the scheme and, alongside steps to work with the private sector in delivery, could result in savings worth around £1bn.

Home Secretary Jacqui Smith said: "The Government's National Identity Scheme means that for the first time UK residents will have a single way to secure and verify their identity. We will be able to better protect ourselves and our families against identity fraud, as well as protecting our communities against crime, illegal immigration and terrorism. And it will help us to prove our identity in the course of



our daily lives - when travelling, for example, or opening a bank account, applying for a new job, or accessing government services.

"I want as many people as possible to enjoy the two key benefits of the National Identity Scheme - improved protection and greater convenience. And I want them to be able to choose how they participate in the Scheme as well - whether to have a passport or an ID card or both - so that they can enjoy its benefits as quickly as possible."

The National Identity Register will hold a small amount of personal biographic details separately from biometric fingerprints and photographs, making

it incredibly difficult for anyone to steal or exploit another's identity.

The Government has already proved its ability to deliver a sound basis for the National Identity Scheme. Fingerprinting is already required for visa applicants to the UK and over ten million British e-passports have been issued since the end of 2006, containing an encrypted digital version of the holder's personal details and a photograph on a secure chip. [TOP](#)

Fonte: [http://www.global-emigration.com/news/pivot/entry.php?id=141&w=uk\\_immigration\\_news](http://www.global-emigration.com/news/pivot/entry.php?id=141&w=uk_immigration_news) – 07.03.08

Data da pesquisa: 15.03.08

## British citizenship tests planned

Immigrants who want to become British and settle permanently in the UK will need to pass more tests to "prove their worth" to the country under new plans. Some migrants may also have to pay into a fund towards public services and have a period of "probationary citizenship".

Prime Minister Gordon Brown said the UK should expect a "demonstration of commitment" and the process of becoming a citizen should be "more exacting". The Tories called the plans, which do not cover EU citizens, a "gimmick". Unveiling the proposals, Home Secretary Jacqui Smith said future migrants would need to "earn" citizenship. This scraps the current system which allows people to apply for naturalisation on the basis of how long they have lived in the UK.

Ms Smith said migrants from outside the European Economic Area would be encouraged to "move on" through a system that leads to citizenship - or choose ultimately to leave the country.

The package of measures includes:

- Raising visa fees for a special "transitional impact" fund
- More English language testing ahead of nationality
- Requirements to prove integration into communities
- Increasing how long it takes to become British

In a speech to the Institute for Public Policy Research think-tank, Mr Brown said the UK had to be "far more explicit about the ties - indeed the

shared values - that make us more than a collection of people but a country".

Earned citizenship would include "clear rights but also stronger obligations at each stage".

Mr Brown added: "And we will emphasise what binds us - showing that our tolerance and fairness are not to be taken advantage of - without diminishing the diversity of what we hold dear."

Press reports suggest the transitional impact fund would raise £15m a year. The system could see migrants with children or elderly relatives expected to pay higher application fees. Migrants would find their route to citizenship and full access to benefits, such as higher education, accelerated if they can prove they are "active" citizens. This would include charity work, involvement in the local community and letters from referees.

At the same time, those who break the law would find the process far harder - or would be barred completely from becoming British. The Home Office said that it would still be possible for someone to be permanently resident as a foreign national in the UK - but it would be preferable for them to seek citizenship because of the benefits it would bring.

But the Conservatives said the proposals were a "gimmick" and called for an annual limit on immigration instead. Shadow home secretary David Davis called it "a complicated, expensive, bureaucratic set of mechanisms to deal with the adverse consequences of out of control immigration".

"The sensible approach is very simple. Deal with the original cause of the problem. Put a limit on the level

of immigration. Bring it down to manageable levels. It is simpler, it is cheaper, and it is better for Britain.

"And it will preserve Britain's excellent history of good community relations that is being put at risk by an immigration policy that is both incompetent and irresponsible."

Liberal Democrat justice spokesman David Heath welcomed the points-based system, but said proposals were so "vague and so full of holes" that they were "nowhere near" meeting needs. Several Labour backbenchers also criticised the government's plans.

Diane Abbott, MP for Hackney North and Stoke Newington, said they would force non-European migrants to pay fees that would benefit European migrants. She said: "How can it be fair for non-white immigrants to have already steep fees ratcheted even higher to pay for issues which relate to the broad immigrant population including immigrants from the EU countries?"

Fiona Mactaggart, MP for Slough, said: "One of the reasons we have such excellent race relations in Britain is because migrants to this country relatively quickly achieve permanent residence, unlike other countries in Europe for example, where their status remains insecure and unclear for a long time. "I am very concerned that these proposals might damage our good relations."

UK Independence Party leader Nigel Farage said: "They [the government] keep bringing out the same old story and pretending it's new, and every time they ignore the crucial fact that these rules do not apply to 450 million people."It's about time they were brave enough to have a proper debate on immigration which includes the EU dimension." [TOP](#)

Fonte: [http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk\\_news/politics/7253933.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/politics/7253933.stm) - 20.02.2008

Data da pesquisa: 21.02.2008

## **UK reviews deportation of gay Iranian**

*The Associated Press*

LONDON -- The British government is reconsidering its decision to deny asylum to a gay Iranian teenager who claims his life would be at risk in his homeland. The fate of 19-year-old Mehdi Kazemi was put in Britain's hands after he was refused asylum in the Netherlands.

Kazemi, 19, says he traveled to London to study English in 2005 and applied for asylum in Britain after learning that his lover in Iran had been executed for sodomy. According to legal papers filed on Kazemi's behalf, he had been identified by his lover under interrogation. After British authorities rejected Kazemi's application late last year, he fled to mainland Europe and applied for asylum in the Netherlands. Kazemi is still in the Netherlands and no date has yet been announced for his return to Britain.

Home Secretary Jacqui Smith announced the review of his case on Thursday. "Following representations made on behalf of Mehdi Kazemi, and in the light of new circumstances since the original decision was made, I have decided that Mr. Kazemi's case should be reconsidered on his return to the U.K. from the Netherlands." On Tuesday, the Netherlands' highest court rejected Kazemi's application for asylum. The court, the Council of State, said his case was the

responsibility of Britain, where he first applied for asylum.

The Dutch government cited the European Union's 2003 Dublin Regulation, which says the member state where an asylum seeker first enters the EU is responsible for processing that person's claim.

The issue arose Tuesday in Britain's House of Lords, where Lord Alli cited three reasons he should be granted asylum. "First, homosexuality is illegal in Iran and punishable by death. Secondly, this young man's partner was hanged at an early age simply for being gay. Thirdly, the Home Office's position is that gay people can return to Iran safely, provided that they are discreet. Heaven knows what that means," Alli said.

Lord Bassam, speaking for the Home Office, said the government did not deport people when it was unsafe to do so. "I would argue that we are extremely cautious in how we operate returns and that that approach has proven to be very effective in the past," Bassam said. [TOP](#)

Fonte: <http://www.miamiherald.com/news/world/AP/story/456448.html> - 14.03.08

Data da pesquisa: 15.03.08

## Bill Gates Says Immigration, Education Reform Needed For U.S. To Compete

*Gates urged Congress to provide more money for science and math education and research, and to raise the cap on green cards and H-1B visas for foreign talent.*

*By Marianne Kolbasuk McGee - InformationWeek*

Bill Gates this morning told members of Congress they need to help America remain globally competitive by increasing funding for science and math education, basic science research, and to raise the cap on green cards and H-1B visas for foreign talent.

The testimony by the head of Microsoft (NASDAQ: MSFT), the world's largest software company, before the U.S. House of Representatives Subcommittee on Science and Technology was similar in message to testimony he gave before a Senate committee last March.

Like last year, Gates' testimony comes just weeks before the U.S. government begins on April 1 accepting from employers petitions for H-1B visas workers. Last April, the U.S. in two days received about 133,000 petitions, more than double the 65,000 that can be allotted annually. By end of last April, the U.S. also received enough petitions to reach the cap on the 20,000 H-1B visas awarded annually to foreign-born students who receive advanced degrees from U.S. schools.

In his testimony on Wednesday, Gates urged Congress to raise the 85,000 total cap on H-1B visas, as well as increase the 140,000 annual limit on employment-based visas, or green-cards, so that foreign-born, highly-skilled talent can remain in the U.S.

"I want to emphasize that the shortage of scientists and engineers is so acute that we must do both: reform our education system and reform our immigration policies," said Gates. "This is not an either-or proposition. If we do not do both, U.S. companies simply will not have the talent they need to innovate and compete."

Gates testimony also asked Congress to "fully fund" educational programs for high school math and science programs as well as higher-education training, increase funding for basic science research, and provide incentives for private sector research and development.

"As a nation, our goal should be to ensure that ultimately every job seeker, every displaced worker, and every individual in the U.S. workforce has access to the education and training they need to succeed in the knowledge economy," Gates said. "This means embracing the concept of 'lifelong learning' as part of the normal career path of American workers, so everyone in the workforce can use new technologies and meet new challenges."

He summed up his testimony by saying, "I believe this country stands at a crossroads. For decades, innovation has been the engine of prosperity in this country. Now, economic progress depends more than ever on innovation. And the potential for technology innovation to improve lives has never been greater. If we do not implement policies like those I have outlined today, the center of progress will shift to other nations that are more committed to the pursuit of technical excellence. If we make the right choices, the United States can remain the global innovation leader that it is today."

Not everyone was pleased to see Gates return to Congress to lobby for changes in U.S. immigration policies. Programmers Guild, an IT worker advocacy group that is against raising the H-1B visa cap, spoke out against Gates' proposals.

"The H-1b program is dissuading the next generation of Americans from entering the tech profession," said Kim Berry, president of Programmers Guild, in a statement. "H-1B forces new graduates, with \$50k student loans and no experience, to directly compete for American jobs against citizens from every country in the world. There is currently no requirement that employers give preference to American applicants. The Programmers Guild thinks that there should be."

**TOP**

Fonte:

<http://www.informationweek.com/windows/showArticle.jhtml?articleID=206903144> -12.03.2008

Data da pesquisa: 15.03.08

## Illegal immigrant curbs face uphill climb

By Laura Wides-Munoz, Associated Press

State lawmakers around the country are proposing hundreds of bills this year aimed at curbing illegal immigration, but experts say the cost and public opposition will keep many from becoming law.

Lawmakers in at least eight states are now sponsoring legislation similar to Oklahoma, which last May passed the nation's most comprehensive anti-immigration law.

It restricts illegal immigrants' access to driver's licenses and other IDs, limits public benefits, penalizes employers who hire them and boosts ties between local police and federal immigration authorities.

The bills are among more than 350 immigration-related proposals unveiled in state legislatures in the first two months of this year, according to a count by The Associated Press.

Sharma Hammond, staff attorney for the legal arm of the Federation for American Immigration Reform, believes states have been galvanized by the collapse two years running of a congressional solution. "They feel like they have to take it into their own hands because the federal government is doing nothing," said Hammond, whose group helps states write the comprehensive bills and favors a freeze on nearly all immigration.

But it's questionable how many of the bills will become law. Many quickly lose momentum after they're introduced. Out of more than 100 bills dealing with illegal immigration in the Virginia statehouse, only a few minor ones were likely to pass as the session was scheduled to end Saturday.

In Florida, lawmakers have proposed nearly a dozen bills targeting illegal immigration since January. But at a recent press conference at the state capitol, only two of the bills' backers showed. None of the state House leadership has offered support. "People are still trying to keep this alive and get the federal government to pass something," said Ann Morse of the National Conference of State Legislatures, which tracks the bills. "But now that the legislation is introduced, states are wondering is this something we need to do right now, or do we need to study it more."

Morse thinks the new comprehensive bills are partly a tool to draw public attention to the issue, especially

in an election year. She noted they tend to come with official titles such as "Taxpayer and Citizen Protection Act."

Last year, more than 1,500 anti-illegal immigrant laws were proposed nationwide, with nearly 250 passing, according to a count by the National Conference of State Legislatures. And some of that legislation is now creating legal and financial trouble for state governments.

The Oklahoma law still faces a legal challenge by the U.S. Chamber of Commerce. In Colorado, a proposal to boost the state's immigration enforcement unit may be doomed by its \$3.9 million price tag.

Although the University of Arizona saved roughly \$70,000 last year by identifying illegal immigrants who are ineligible for in-state tuition under a new law, the start-up cost of the program was more than double that. The school estimates the annual cost of identifying such students will be equal if not greater than the savings.

John Trasvina, president and general counsel of the Mexican-American Legal Defense and Education Fund, said despite the flurry of new bills, he believes anti-immigrant sentiment is starting to cool somewhat. In part, states may be responding to a national shift, with immigration taking a back seat to the economy and the war in Iraq. All three of the major presidential candidates support a comprehensive immigration law that would eventually legalize many of the country's 12 million illegal immigrants. "States are finding it's costing them a lot of money," Trasvina said. "It's no longer a free ride, a quick press release."

Maryland Senate President Thomas V. Mike Miller summed up the perspective of a number of state legislatures. "I don't think that the votes are there to pass a bill in terms of changing the status of immigrants in the state," Miller said. "That means not punitively and not to give them any form of tax advantages either. "The one bill likely to pass in Maryland this year: a study of the effects of immigration. [TOP](#)

Fonte: [http://www.usatoday.com/news/nation/2008-03-07-immigrationbills\\_N.htm?csp=34](http://www.usatoday.com/news/nation/2008-03-07-immigrationbills_N.htm?csp=34) – 07.03.2008

Data da pesquisa: 15.03.08

## US senator Grassley demands follow-up on H-1B visa reforms

NEW DELHI: The issue of H-1B visa abuse by foreign firms, including Indian firms that are the biggest users of the workers' visas, has cropped up again. US senator Chuck Grassley, who introduced an H-1B visa reform bill last year to give priority to American workers and crack down on visa frauds, has now questioned the US homeland security department as to what actions it has taken to reform regulations.

He also alleged that H-1B users are bringing in idle workers to US and 'leasing' them to other firms. In a letter to Michael Chertoff, the secretary of the US homeland security department, senator Grassley said: "Last August, the administration promised reforms to improve the current immigration system, including in the highly-skilled H-1B visa programme. I have yet to see progress on this issue."

According to data from the US Citizenship & Immigration Services, in 2007, Indian IT majors Infosys (4,559 approvals), and Wipro (2,567 approvals) were the biggest beneficiaries of the visa programme. These are followed by Satyam Computer (1,396), Cognizant (962), Microsoft (959), TCS (797), Patni (477), US Technology Resources (416), i-Flex Solutions (374) and Intel (369).

"The (H-1B visa) programme may be beneficial to some businesses, but it's even better for companies

based outside the US," Mr Grassley said in his letter. He also alleged that firms are making a commodity out of H-1B workers.

"An Iowan has shared copies of e-mails showing how he's often bombarded with requests by companies who want to lease their H-1B workers to him. There are companies with H-1B workers who are 'on the bench' — meaning they're ready to be deployed to a project. Some call these H-1B 'factory firms'," the senator said.

Mr Grassley and senator Dick Durbin had last year raised the issue of abuse of the H-1B visa programme. They wrote to nine Indian IT companies, including Infosys, TCS, Wipro and Satyam, seeking information about H-1B visas they had applied for and wages and lay-offs in the US.

The two senators had also introduced a visa reform bill with a clause prohibiting companies with over 50 employees from hiring H-1B employees if over half their employees in the US are H-1B visa holders. Indian software and services association Nasscom had called the clause protectionist. [TOP](#)

Fonte:

[http://article.wn.com/view/2008/03/12/US\\_senator\\_Grassley\\_demands\\_followup\\_on\\_H1B\\_visa\\_reforms/](http://article.wn.com/view/2008/03/12/US_senator_Grassley_demands_followup_on_H1B_visa_reforms/) - 14.03.08

Data da pesquisa: 15.03.08

## Polish-Canadian relations: Visa-free at last

*Canada has lifted its visa requirements for Poles and other new EU member states' citizens*

*From Warsaw Business Journal*

Poles no longer need to line up outside the Canadian embassy in Warsaw to apply for a temporary visa, as requirements were lifted March 1. The decision was announced by Canadian Immigration Minister Diane Finley, who also lifted visa requirements for citizens of Slovakia, Lithuania and Hungary for stays of up to three months. "Canada enjoys strong ties with these countries," said Minister Finley. "We are committed to the free and secure movement of people between the EU and Canada."

This has left Władysław Lizon, president of the Canadian Polish Congress, wondering why it took 10 years for this development. The largest push happened last year when the Congress started a nationwide petition for Polish-Canadians. It followed

the initiative with an online petition at the beginning of this year.

In Lizon's opinion, it made no sense to have visa restrictions for Poles coming to Canada. "That was unusual." Since Poland is a member of the EU, he felt politicians in Canada should acknowledge it as equal with other member states and not treat it as a second-class country.

In 2006, over 33,000 temporary resident visas were issued for citizens of Poland. Lizon believed the number of Polish visitors to Canada will remain the same, or it might see a slight increase because of the number of people who had previously been denied access to Canada. "I don't think we will have a flood of people coming from Poland," said Lizon.

Interfax journalist Michał Pakulniewicz agreed. "I think Canada is too far for most Poles." He thought London and Dublin were more attractive than Toronto and Montreal for simple reasons: "Proximity and airline tickets," he said. [TOP](#)

Fonte: <http://www.wbj.pl/?command=article&id=40347&>  
10.03.08

Data da pesquisa: 15.03.08

## Syria: New draft law targets sex traffickers

In 2003 Hiba (not her real name), then aged 11, was forced to marry her cousin. The following day she was driven from Baghdad to the border with Syria and sold to traffickers. In Damascus she was forced to dance in night clubs or private homes. Four years later, pregnant and abandoned by her handlers, she was imprisoned by the Syrian authorities on charges of prostitution.

When the UN Refugee Agency (UNHCR) found her, Hiba was on the point of being deported to Iraq. Instead, the UNHCR - to whom Hiba told her story - arranged for the teenager to be resettled in Canada earlier this month, where she recently gave birth to a baby boy named Zaman (Arabic: time). "He's named after the time I never had," she said.

Hiba's case is far from unique. Though there are no reliable figures, agencies and activists say hundreds of people from different parts of the world are trafficked to Syria each year for prostitution, domestic work, and even for the sale of body parts. The influx to Syria of over 1.5 million Iraqi refugees since 2003 has exacerbated the problem.

After lengthy negotiations, a draft law specifically targeting trafficking in Syria has been submitted to the prime minister's office for approval. Supporters are hoping the new legislation will be passed by presidential decree and take effect within a few months. The law will increase the minimum punishment for trafficking from the current three to seven years imprisonment and a fine of SYP 1 million (US\$20,000). "We want to have the best legislation in the world to counter the issue of trafficking," said Farouk al-Basha, a leading member of the committee drafting the bill on trafficking, and a member of the Committee for Family Affairs. "Most importantly, for the first time the trafficked person will be considered a victim and not punished. We will go after the perpetrators and the causes of trafficking," he said.

Currently there are no separate laws relating to trafficking in Syria. Offenders are prosecuted under standard criminal law, which results more often than

not in the victims of trafficking being punished more than the traffickers themselves. Women in particular have been detained and deported on charges of expired entry papers and prostitution. Article 509 of Syrian Criminal Law makes prostitution illegal, and stipulates prison terms for offenders of between three months and three years, or a fine of up to \$115 for anyone involved in the sex industry. "Syrian law does not protect the rights of women," said women's rights activist Maysa Hilyoa. "The same punishment applies for a woman, who is the victim, as for the man, who is often the one forcing her into the work."

Despite a 2006 law banning the practice, there are now an estimated 100 recruitment agencies in Syria offering young girls for domestic service. Many of the girls have been brought into Syria against their will and have few rights. Trafficking for the sex and entertainment industries is also significant. Based on anecdotal evidence, hundreds of Iraqi girls have been sold for these purposes, as refugees in Syria become increasingly desperate. Girls from Russia are also said to be brought into Syria to work in the sex industry.

In its annual human rights report, published on 11 March, the US State Department found that Syria "does not fully comply with the minimum standards for the elimination of trafficking and did not make significant efforts to do so during the year". However, it noted that the committee drafting a law against trafficking had met three times during 2007. "Syria is a destination country for women trafficked from South and Southeast Asia and Africa for the purpose of domestic servitude and from Eastern Europe and Iraq for sexual exploitation," the report said.

Responding to the report as a whole, the Syrian Foreign Ministry said it was "not objective and is based on political considerations". "I see very genuine support of the Syrian government on this issue," said Maria Rumman, head of the International Organization for Migration (IOM) in Syria, the global body that counters human trafficking. "The government is more committed to working on this issue than other regional countries."

Sybella Wilkes, UNHCR spokeswoman in Damascus, said each week there are up to 50 Iraqi women in jail on charges of prostitution. "Some are professionals but many are forced into it by gangs or family members," she said. The IOM, the Syrian Women's Union, the UNHCR and smaller local non-governmental organisations (NGOs) have increased the level of support they offer trafficked persons. "We want to raise awareness to fight this phenomenon and combat the crime," said Rumman, pointing to workshops that IOM have conducted in Syria since September 2005 to enhance local capacity in preventing trafficking.

Several shelters have also been opened to temporarily house those freed from the traffickers, as well as training centres established by the Ministry of Social Affairs. "We are now working to establish a very big shelter for over 100 women," said al-Basha. The shelter is due to open within a couple of months. Agencies running the shelters did not allow IRIN to meet any of the trafficked women staying there, citing the sensitive nature of the issue.

Fonte: <http://www.irinnews.org/Report.aspx?ReportId=77311>  
17.03.2008

Data da pesquisa: 19.03.2008

## **Las ONG abogan por una campaña con más 'corazón' y proponen a los partidos un decálogo de ofertas sociales**

*Reclaman que los programas electorales prioricen los derechos humanos, la pobreza y el cambio climático*

Madrid. Amnistía Internacional, Greenpeace e Intermón Oxfam han pedido a los políticos que sitúen los derechos humanos, la lucha contra la pobreza o los compromisos contra el cambio climático en "el eje central" de la campaña electoral.

Las tres ONG han hecho público un decálogo de propuestas para que sean incluidas "en el corazón" de los programas electorales y han manifestado su intención de reunirse con los cabezas de lista de los principales partidos políticos.

Esteban Beltrán, director de Amnistía Internacional, ha pedido "superar o, al menos, acompañar" el debate sobre la propuesta del PSOE de los 400 euros con "temas importantes, que nos van a afectar a todos". El decálogo propone una política migratoria que garantice los derechos de los inmigrantes y "que aborde que entre 3.000 y 6.000 personas mueren al año al pasar el Estrecho".

Además, pide ratificar la Convención Internacional de Naciones Unidas sobre la Protección de los Trabajadores Inmigrantes, que ya son más de 200 millones en todo el mundo y que en los últimos años ha registrado un incremento de 20 millones.

Las ONG denunciaron el excesivo énfasis de la política migratoria de la UE en el control de fronteras, que hace que sea "cara, ineficiente e hipócrita" e insistieron en que es "muy difícil poner

puertas al campo". Por ello, abogan por una mayor flexibilidad en las entradas y salidas de los inmigrantes y proponen un Plan contra el Racismo y la Xenofobia que haga frente a la violencia.

Control de armas La directora general de Intermón Oxfam, Ariane Arpa, demandó un Tratado Internacional de Comercio de Armas y una aplicación rigurosa de la Ley española sobre esta materia e incidió en la importancia del control para que el comercio de armas deje de ser el principal factor de muertes en el mundo, ya que cada minuto muere una persona por arma ligera. Arpa valoró el incremento cuantitativo de la ayuda al desarrollo durante esta legislatura, pero criticó la incoherencia de las políticas y la excesiva vinculación a intereses comerciales.

Para frenar el cambio climático, el portavoz de Greenpeace España, Juan López de Uralde, pidió reducir las emisiones de CO2 para que en 2012 no superen más del 15% el nivel de 1990, una Ley de Energía Renovable y 1.000 millones de euros anuales para financiar la adaptación de los países pobres a este fenómeno. Efe [TOP](#)

Fonte: <http://www.noticiasdenavarra.com/ediciones/2008/02/03/politica/espana-mundo/d03esp24.1148537.php> - 03.02.08

Data da pesquisa: 27.02.08

## **Europa denuncia las pésimas condiciones de los centros de inmigrantes en España.**

*El Parlamento de la Unión pide flexibilizar el «desproporcionado sistema carcelario» al que son sometidos los extranjeros que carecen de papeles. El informe señala la existencia de malos tratos y de obstruccionismo de la Administración para efectuar las oportunas investigaciones.*

El informe sobre los centros de internamiento de inmigrantes incluye nueve recomendaciones a España para mejorar el trato que se dispensa a los 'sin papeles'. Flexibilizar el estricto régimen carcelario en vigor, que es totalmente desproporcionado para personas detenidas únicamente por su situación de irregularidad administrativa.

Poner en marcha alternativas a las detención, al menos para las personas vulnerables y las familias acompañadas de niños.

Mejorar las condiciones de vida materiales y de higiene en los centros. Al menos realizar trabajos de renovación y distribución de equipamiento a los detenidos.

Abrir los centros al exterior, permitiendo un acceso permanente a las oenegés y velar por el respeto de los derechos de los inmigrantes para prevenir los abusos.

Poner en marcha dispositivos de asistencia a personas debilitadas por las condiciones de su viaje a Europa.

Mejorar la identificación y atención de las personas vulnerables o con problemas psicológicos. Asegurar la presencia de trabajadores sociales, psicólogos, intérpretes, personal médico y mediadores.

Mejorar el sistema de acceso a los cuidados médicos. Sobre todo, introducir personal médico que no sea dependiente de la Policía Nacional.

Poner en marcha un método de identificación de la edad de los menores, ya que el test de medida ósea (en uso en España) tiene un importante margen de error.

Prohibir la detención de las mujeres embarazadas. Los centros de detención, retención e internamiento de inmigrantes (CIE) en España presentan unas «condiciones materiales y de higiene deplorables», según el Parlamento Europeo. Un informe encargado por la Comisión de Libertades Civiles, Justicia e Interior de la cámara comunitaria sobre las instalaciones donde los 25 Estados miembros de la UE recluyen a los inmigrantes procedentes de terceros países en situación irregular denuncia además que en España se trata a los 'sin papeles' como si fueran delincuentes y se les incluye en un

«sistema carcelario» con «condiciones degradantes de detención».

El estudio, fechado el pasado diciembre, analiza las situaciones de los centros de internamiento para extranjeros (CIE), los centros de estancia temporal de inmigrantes (CETI) de Ceuta y Melilla, las instalaciones para demandantes de asilo y los centros de acogida de menores no acompañados. Todos estos establecimientos, a excepción de los de menores que son gestionados por las autonomías, son responsabilidad del Ministerio del Interior. Por ellos pasan cada año decenas de miles de indocumentados, antes de ser repatriados o puestos en libertad por no poder ser expulsados.

El Ministerio del Interior conoce la existencia de este informe. Un portavoz recordó ayer que el estudio está encargado, no aprobado, por el Parlamento Europeo, y es uno de los trabajos informativos habituales de la cámara sobre temas de interés, realizado por una consultora privada. Informes anteriores, según esta fuente, destacaron el buen nivel de los centros españoles.

Tras visitar 'in situ' los establecimientos de Fuerteventura, Madrid, Barcelona, Málaga y Algeciras, los especialistas europeos concluyen que los clandestinos son sometidos a un «sistema excesivamente estricto de detención de tipo penitenciario» que incluye el «encierro casi permanente en celdas» y la «limitación de paseos al aire libre». El estudio asegura que ni siquiera los extranjeros enfermos se libran de ser tratados como delincuentes, ya que igualmente «permanecen casi todo el tiempo en sus celdas».

La «degradación» en las condiciones de detención es particularmente grave en los centros de Algeciras, Fuerteventura y Málaga, donde a la mala situación de los inmuebles se suma la «ausencia de equipamientos básicos» para los 'sin papeles', como falta de ropa o botiquines sanitarios.

### *Maltrato y sin médicos*

El informe de los parlamentarios denuncia la carencia de personal para la asistencia de los inmigrantes y señala que la única «presencia casi exclusiva» es la de funcionarios de seguridad, no de asistentes sociales o psicólogos.



Los enviados del Parlamento Europeo aseguran haber podido comprobar que los inmigrantes denuncian sufrir un trato violento por parte «del personal de seguridad de ciertos centros». Revelan también la existencia de «actitudes irrespetuosas y despreciativas» a los internos por parte del personal de los establecimientos, que carece de una «sensibilización a la situación específica de los inmigrantes». Los expertos europeos destacan la mala situación sanitaria. Dicen haber detectado «deficiencias en los servicios médicos». Los especialistas sanitarios «son abiertamente reticentes a responder a las necesidades de las personas retenidas».

También hay deficiencias importantes en cuestiones legales. «Hay una ausencia o insuficiencia en el acceso de los detenidos a la información sobre sus derechos, falta de apoyo jurídico y de traductores». «Hay falta de apertura de los centros al exterior. En particular, la presencia de las oenegés es muy limitada por las dificultades para obtener autorizaciones de entrada», prosigue el informe. Recuerda el estudio, además, el carácter «patógeno» de la «detención de unos inmigrantes ya débiles» que habitualmente «llegan en malas condiciones físicas y psicológicas por las condiciones particularmente gravosas de su viaje».

#### *Personas vulnerables*

El régimen de internamiento de inmigrantes 'sin papeles' en España resulta duro en particular para personas vulnerables como ancianos, mujeres y niños. Según el estudio, en los centros españoles, a pesar de que hay una «presencia importante» de inmigrantes en esta situación, existe «insuficiencia de dispositivos» y de funcionarios capaces de detectar o tratar a estas personas de «gran vulnerabilidad»

El tema de los menores merece para el Parlamento capítulo especial. Los analistas se hacen eco de las denuncias sobre las malas condiciones de los

centros para niños y adolescentes, en particular en Canarias, realizadas por organismos como Human Rights Watch, que habla incluso de «abusos sexuales y violencia física» contra los menores.

El estudio recuerda la escasa fiabilidad de las pruebas que tratan de determinar la edad de los inmigrantes irregulares, lo que provoca que adolescentes con apariencia de ser mayores de edad acaben detenidos en los centros de internamiento rodeados de adultos.

Los autores del estudio destacan la falta de colaboración de las autoridades españolas para investigar la situación de estos centros. La comisión del Parlamento europeo asegura haber encontrado «dificultades» para poder visitar las instalaciones. Además, dice que el grupo se topó con la «reticencia» del Ministerio del Interior para que llevar a cabo encuentros «vis a vis» con los inmigrantes y que esta cadena de problemas provocó que sólo se visitaran cinco centros, donde los funcionarios allí destinados, en cambio colaboraron en la investigación.

El informe, el primero de estas características, fue realizado por una veintena de técnicos independientes de varios países y también es crítico con los sistemas de detención de países como Italia, Francia, el Reino Unido o Alemania, aunque sin llegar al grado de censura empleado con España.

Los especialistas reconocen que el sistema español es especial por su situación geográfica, pero alertan de que precisamente la masiva de extranjeros 'sin papeles' ha dado lugar a «consecuencias dramáticas» como las «expulsiones arbitrarias» de inmigrantes latinoamericanos que llegan por vía aérea. [TOP](#)

Fonte: <http://www.migrantesenlinea.org/enlinea.php?c=1903> – 05.03.2008

Data da pesquisa: 15.03.08

## **EEUU: según especialistas, es necesario abandonar las políticas paliativas de inmigración para trabajar sobre las verdaderas causas del problema**

*Las actuales políticas públicas federales y estatales sobre migración sólo son paliativas, porque no atacan las causas estructurales del fenómeno y no tienden a reducirlo, aseguró María del Rocío Barajas Escamilla, investigadora del Colegio de la Frontera Norte (Colef)*

Por ello, la especialista planteó la necesidad de impulsar una verdadera política de desarrollo que “mire de manera innovadora” al fenómeno

migratorio, en la que se cuente con alternativas para el arraigo y no sólo se gestione un acuerdo en la materia con Estados Unidos.

Además, propuso realizar un diagnóstico integral. “Las políticas deberán orientarse, entre otros aspectos, al diseño de proyectos de desarrollo endógeno, sostenibles en el largo plazo, que recuperen las vocaciones de las localidades expulsoras y su desarrollo”, subrayó al participar en el seminario Migración y desarrollo: hacia políticas públicas innovadoras en México.

Barajas Escamilla refirió que el fenómeno tiene varias consecuencias: la expulsión de una gran cantidad de mano de obra en edad productiva –lo que representa una pérdida para México–, territorios en abandono, despoblamiento de grandes ciudades, altos costos sociales y económicos, y la fragmentación familiar.

Por su parte, Raúl Delgado Wise, director de la Red Internacional de Migración y Desarrollo y académico de la Universidad Autónoma de Zacatecas, señaló que “la mayor parte de la discusión sobre el tema y su desarrollo se ha dado de forma unilateral, viendo los costos que tiene en el sur, sin considerar los aportes que ha tenido en el norte”.

Para revertirlo consideró que se deben realizar diversos análisis “bajo una mirada integral, y reconocer a la migración y el desarrollo en sus aspectos global, regional, nacional e internacional en cuanto a la reestructuración del capitalismo, la expansión del comercio internacional, el incremento de flujos financieros, la internacionalización de la producción y la transnacionalización, la diferenciación y la precarización de los mercados laborales”.

Por ello, aseguró que las políticas migratorias deben promover el desarrollo como movilidad voluntaria contra migración forzada; la cooperación para el desarrollo en reciprocidad; pleno respeto a los derechos humanos en los países receptores y de tránsito; modelo de desarrollo alternativo del país emisor –en este caso México–; promover canales de movilidad social de diáspora en la sociedad receptora, y estimular su incorporación en los procesos de desarrollo del país e incentivar nuevos canales de acceso de los migrantes a diferentes programas de trabajadores huéspedes o temporales.

En tanto, Mauricio Merino Huerta, director de la División de Administración del Centro de Investigación y Docencia Económicas, dijo que una opción para solucionar el problema es llamar a los gobiernos locales a cumplir un papel relevante para contrarrestar los dos fenómenos que enfrenta la migración: oportunidades de desarrollo y un modelo de vida.

Indicó que un problema para ello es que los programas de gobierno local están diseñados para un periodo de tres años y no trascienden más allá. Pese a ello, aseguró que los gobiernos locales “sí pueden ser promotores del desarrollo económico en la medida en que fortalezcan su participación en políticas públicas y al aprovechar las consecuencias del proceso migratorio”. [TOP](#)

Fonte: <http://www.migrantesenlinea.org/enlinea.php?c=1887>  
27.02.2008

Data da pesquisa: 28.02.2008

## **Panamá - Gobierno panameño promulga nueva ley migratoria**

El gobierno panameño promulgó una nueva ley migratoria para regular "con mayor restricción" las entradas y salidas de los extranjeros y su estadía en el país, informaron este miércoles fuentes gubernamentales. El decreto ley reemplaza a la Dirección Nacional de Migración por el Servicio Nacional de Migración, según precisa un despacho de prensa de la Secretaría de Comunicación del Estado.

La nueva norma clasifica en cuatro categorías a los extranjeros que ingresen al territorio panameño: no residente, residente temporal, residente permanente y extranjeros bajo protección de Panamá. En la categoría de extranjeros no residentes entran los turistas, marinos y pasajeros y tripulación en tránsito, y entre los residentes temporales están

quienes lleguen a territorio panameño por razones laborales, políticas, culturales, humanitarias y religiosas, entre otras.

Residentes permanentes, según la nueva ley, son aquellos que ingresan a Panamá por razones económicas y de inversión, o por las políticas "especiales" del Gobierno, y los extranjeros bajo protección serán los clasificados como refugiados, asilados, apátridas y acogidos por razones humanitarias.

El permiso de residencia que otorgará el país al residente temporal será de seis años, "salvo que las leyes especiales establezcan periodos distintos". Para ser residente permanente de Panamá, la nueva ley concede un permiso provisional de residencia de dos años y un documento de identificación por el

mismo periodo, que se sustituirá por el permanente, si los interesados "cumplen con los requisitos que la ley y los reglamentos establecen".

La nueva ley, que entrará en vigor en seis meses, crea el Registro de Extranjería, cuyo papel será el de procesar toda la documentación de los extranjeros que apliquen "a las categorías migratorias de residentes temporal o permanente...a quien se identificará con una asignación numérica permanente".

También se establece la unidad de atención a las víctimas de tráfico de personas, que "recibirán un tratamiento migratorio de protección, hasta tanto la situación sea definida o resuelta por las autoridades". Se crea, asimismo, el Fondo Fiduciario de Migración, cuyo patrimonio estará integrado por los recursos existentes en el fondo y depósito de repatriación, los depósitos de garantías de los extranjeros que incumplieron los reglamentos de estadía, y los legados o donaciones recibidos.

La ley promulgada no precisa ninguna medida migratoria "extrema" por razones de seguridad, como la solicitud de visas a ciudadanos de países que hoy no la requieren. Tal posibilidad se presentó en marzo de 2007, cuando el presidente panameño

Martín Torrijos anunció medidas de seguridad como parte de su estrategia para detener la ola de delincuencia en el país.

En esa oportunidad, Torrijos indicó que "estamos contemplando utilizar visas con distintos países, pero también otras medidas que nos permitan asegurarnos que las personas que vienen a Panamá, realmente como turistas o a invertir, no se vean afectadas con las medidas".

La iniciativa del Órgano Ejecutivo forma parte del paquete de leyes y decretos que se han expedido con la aprobación de la Asamblea Nacional, que otorgó al presidente poderes especiales para legislar entre el 1 de enero hasta el 29 de febrero próximo, su asueto estival.

La Asamblea Nacional inicia su trabajo legislativo de 2008 a partir de 1 de marzo, cuando revisará las leyes y decretos promulgados por el Ejecutivo, que podrá derogar o modificar, antes de ser aprobados y ratificados. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.radiolaprimerisima.com/noticias/inmigrantes/2561927.02.2008>

Data da pesquisa: 28.02.2008

## Impulsan proyecto duro de migración

*Maribel Hastings*

WASHINGTON, D.C.— La minoría republicana de la Cámara Baja, con el apoyo de varios demócratas, presentó ayer una petición para forzar al liderazgo cameral a llevar al pleno un proyecto migratorio demócrata enfocado en la aplicación de leyes aunque no queda claro si reunirán las 218 firmas requeridas para obligar la discusión de la medida.

Se trata del proyecto del congresista demócrata de Carolina del Norte, Heath Shuler, (HR4088-SAVE Act), que, entre otras cosas, requiere la verificación de identidad de todos los trabajadores mediante el sistema E-Verify, aumenta en más de ocho mil la cifra de patrulleros fronterizos por cinco años, y se sustenta en la aplicación de leyes al interior del país para agilizar el hallazgo y la deportación de indocumentados.

Una fuente dijo que la mayoría demócrata no cree que se reunirán las 218 firmas. De los 435 integrantes de la Cámara Baja, 198 son republicanos. El proyecto en sí mismo tiene el apoyo de 48 demócratas y 93 republicanos.

Roy Blunt, uno de los líderes republicanos (Whip), cree que de momento, unos cien republicanos podrían firmar la petición (discharge petition), pero que esa cifra podría aumentar. Y que llegarían a los 218 si los casi 50 demócratas que apoyan el plan de Shuler, firman la petición.

El portavoz de Shuler, Andrew Whalen, dijo a La Opinión que el congresista ya firmó la petición, pero que desconoce cuántos otros demócratas lo harán. La petición fue sometida por la congresista republicana de Virginia, Thelma Drake. El apoyo de algunos demócratas a la petición supone un reto al liderazgo de la mayoría demócrata por tratarse de una herramienta generalmente empleada por la minoría.

Pero es año electoral y los republicanos no son los únicos interesados en demostrarle a sus representados que han ejercido mano dura contra la inmigración indocumentada o que cuando menos lo han intentado. Entre esos demócratas hay congresistas como Shuler que fueron electos en

2006 en distritos conservadores de inclinación republicana y de hecho, ganaron esos comicios prometiendo mano dura contra los indocumentados.

Whalen indicó a La Opinión que "el congresista habría preferido que el proyecto llegara al pleno por los mecanismos regulares, pero al mismo tiempo piensa que la medida merece ser discutida en este Congreso". Sobre el argumento de que Shuler, como otros demócratas y republicanos, sólo quieren sacar ventaja política del tema migratorio en año electoral, Whalen afirmó que "estamos en total desacuerdo con ese argumento".

"Esto no está políticamente motivado. Se trata de asegurar las fronteras y de garantizar que quienes trabajan en Estados Unidos estén autorizados para hacerlo", agregó Whalen. Al menos en un principio, uno de los coauspiciadores del plan de Shuler es el congresista demócrata de Texas, Ciro Rodríguez.

La petición pretende además poner en jaque al liderazgo demócrata camerale que ha evadido el tema migratorio a toda costa. Primero argumentaron que el Senado tenía que actuar y el fracaso de la reforma integral en la Cámara Alta les concedió armas para decir que no había apoyo para el tema. Empero, algunos congresistas demócratas hispanos, como Luis Gutiérrez, de Illinois, han mantenido la presión para cuando menos debatir alguna propuesta o lograr algún tipo de protección temporal

para los indocumentados mientras se retoma el debate de la reforma amplia en un nuevo Congreso.

De hecho, la bancada latina dice que si procede el proyecto de Shuler debería incluir un alivio migratorio para los indocumentados. Es evidente que hay sectores republicanos y demócratas que quieren sacarle partido al tema migratorio en año electoral, aunque analistas coinciden en que es un asunto que no gana elecciones.

La semana pasada un grupo de senadores republicanos anunció que intentará avanzar más de 15 medidas enfocadas en seguridad. Los dos precandidatos presidenciales demócratas, Barack Obama y Hillary Clinton, apoyan la reforma migratoria integral, aunque Clinton, contrario a Obama, se opone a las licencias de conducir para indocumentados. John McCain, el seguro nominado presidencial republicano, fue coautor de un proyecto de reforma integral, pero ahora dice que primero debe garantizarse la seguridad absoluta de las fronteras y deportar a unos dos millones de indocumentados con historial criminal. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.laopinion.com/inmigracion/?rkey=00080311190302132725> – 12.03.08

Data da pesquisa: 15.03.08

## **México y EU combatirán el tráfico de personas**

*Anuncian la creación para fin de mes de un cuerpo binacional contra ese delito*

*Claudia Núñez*

MÉXICO, D.F.— México y Estados Unidos crearán un cuerpo armado binacional con la intención de combatir y erradicar el tráfico de personas, reconocido como el delito más lucrativo después del contrabando de armas y de drogas ilegales. El acuerdo se firmaría a fin de mes.

Con el nombre de Fiscalía para la Trata de Personas y la Violencia contra la Mujer, el titular de la Procuraduría General de la República (PGR), Eduardo Medina Mora, confirmó a La Opinión que la inversión inicial por parte del gobierno mexicano será de siete millones de dólares, en tanto la colaboración de Estados Unidos se enfocará en entrenamiento de personal e intercambio de información.

Medina Mora reconoció que se trata de un problema grande y transnacional que está enteramente

relacionado con el fenómeno migratorio, por lo que difícilmente se puede pensar en combatirlo sin formar alianzas con EU.

Sobre el número de redes que operan en la ciudad de México y los centros en los que se enfocará la vigilancia, el funcionario mexicano indicó que han detectado cerca de una docena de bandas organizadas que podrían estar colaborando además con carteles del narcotráfico, y agregó que los puntos de mayor vigilancia serán Cancún, el aeropuerto de la ciudad de México y los estados fronterizos con EU.

Gran parte del origen de esta problemática, dijo Medina Mora, es sin duda la enorme demanda que existe de mano de obra esclavizada. Cabe señalar que el acuerdo bilateral se logró luego de la visita del embajador Mark Lagon, comisionado contra el

tráfico de personas del Departamento de Estado de EU.

El funcionario, luego de un recorrido de tres días por México y su frontera sur, urgió a las autoridades de este país a que se comprometan a crear un organismo de seguridad enfocado en combatir y erradicar el tráfico de seres humanos. "México tiene un problema bastante sustancial en ambos tipos de trata de personas, el sexual y el laboral. Lo más aberrante es ver a los niños siendo prostituidos, ya sea por estadounidenses o incluso por los propios mexicanos" dijo Legon en entrevista con La Opinión en esta ciudad.

Lagon, quien ayer sostuvo reuniones privadas con varios organismos relacionados con el tema migratorio y la seguridad pública, declaró que ya es tiempo de que México realice acciones más allá de los acuerdos logrados en el papel. "Lo más importante que México tiene que hacer es asumir un rol activo para combatir la trata de personas. Reconocemos que la parte más difícil es implementar la ley y ejecutarla, pero necesitamos en particular ver a los reclutadores, a los tratantes y a los explotadores sexuales tras las rejas, porque este es un problema extremadamente cruel y si hay agentes que también son parte del problema, tienen que perder sus puestos y ser encarcelados", declaró Logan.

En orden de formalizar este acuerdo y entablar una línea de trabajo, la próxima semana el secretario de Justicia de Estados Unidos, Michael Mukasey, estará de visita en México y sostendrá una reunión privada con su homólogo.

"Antes del fin de mes se hará público el hecho de que en la Procuraduría General de la República se creará esta fiscalía especializada para combatir la trata de personas. No puede ser de otra manera. Éste es un problema que preocupa al presidente Calderón y yo mismo tengo un compromiso personal con este importante problema", dijo Medina Mora.

El plan también incluirá la construcción de un centro para la atención de víctimas, así como la creación de una línea de denuncia y la implementación de una campaña nacional de concientización sobre el tema.

De acuerdo con el tratado sobre Tráfico de Humanos 2007, emitido por el Departamento de Estado de EU, México ha sido catalogado en la categoría dos, lo que se traduce en un país que reconoce tener un problema serio en el rubro de trata de personas, pero que no ha realizado acciones concretas para combatirlo.

"Para calificar a los países tomamos en cuenta tres aspectos: el enjuiciamiento de los criminales, la protección a las víctimas y la prevención del delito. Ayer vi la realidad de los migrantes, de cómo son victimizados aquí en México y muchos de ellos van hacia EU. Fue muy interesante ver qué fácil es para la gente pasar de Guatemala a México, cruzando el río o por tierra, pero aquí lo importante de mi diálogo con las autoridades mexicanas es que quiero que entiendan que yo no soy un embajador que quiere parar el ingreso de gente a EU; soy un embajador destinado a parar el tráfico de esclavos", aclaró Logan sobre su rol en este país.

Se calcula que anualmente más de 800 mil víctimas son traficadas en todo el mundo, y entre 14,500 y 17 mil ingresan anualmente en Estados Unidos por la frontera sur. De esa cifra, el 80% de las víctimas son mujeres. Según el Departamento de Estado, durante el año fiscal 2007 EU invirtió cerca de 75 millones de dólares para combatir este delito a nivel internacional, a través de auxilios de ayuda a gobiernos e instituciones. Actualmente, cerca de una docena de organismos mexicanos operan con apoyo de estos auxilios. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.laopinion.com/primerapagina/?rkey=0000000000003032700> – 12.01.2008

Data da pesquisa: 27.02.08

## **Recibe apoyo campaña para abolir condiciones de esclavitud en EU de jornaleros migrantes**

*Edward Kennedy convocará a audiencia en el Senado sobre esta política de explotación. Burger King y cultivadores de jitomate no respetan derechos laborales de esos trabajadores, acusa*

*David Brooks (Corresponsal)*

Nueva York, 13 de marzo. La organización de jornaleros Coalición de Trabajadores de Immokalee

(CIW, por sus siglas en inglés) recibió este jueves el apoyo de influyentes legisladores federales, la

central obrera nacional y organizaciones de derechos humanos en su campaña para obligar a Burger King y a cultivadores de jitomate que surten a cadenas transnacionales de comida rápida a respetar derechos laborales de jornaleros inmigrantes y abolir las condiciones de semiesclavitud en que trabajan en Estados Unidos.

El acto para lanzar una solicitud nacional “para eliminar la esclavitud moderna en los campos de Estados Unidos” se realizó frente al Capitolio, donde los senadores federales Bernard Sanders y Dick Durbin; los representantes federales John Conyers, Raúl Grijalva y Dennis Kucinich; el presidente de la central obrera AFL-CIO, John Sweeney, y la directora del Robert F. Kennedy Memorial Center for Human Rights, Monika Kalra Varma, firmaron la petición ante jornaleros.

“La respuesta de estos senadores y representantes, incluyendo al senador Durbin que es el segundo en la Cámara alta, es muy importante para nosotros los trabajadores”, dijo Lucas Benítez, líder de la CIW, a La Jornada. Ahora, añadió, la petición está circulando tanto a escala nacional como internacional por una amplia alianza de organizaciones.

Subrayó que “es de particular importancia que se expresen los mexicanos en esta petición ya que Burger King pretende ampliar operaciones en México” y, por tanto, se busca la solidaridad de los paisanos con este esfuerzo para mejorar las condiciones de los trabajadores migrantes.

A la vez, se informó que los senadores Edward Kennedy y Sherrod Brown han enviado cartas a ejecutivos de Burger King y a la asociación de cultivadores de jitomate en Florida para instarlos a colaborar en el mejoramiento de las condiciones de trabajo de los jornaleros. Kennedy convocará en abril a una audiencia en el Senado sobre esta situación.

“Es casi incomprensible para mí que estamos aquí hoy, a inicios del siglo XXI, realizando una rueda de prensa para enfocar la atención en el hecho de que trabajadores en los campos de jitomate de Florida trabajan en condiciones desesperadas, que en algunos casos son tan extremas que hasta el gobierno de (George W.) Bush ha presentado cargos legales por esclavitud. Esto es una desgracia y no puede continuar”, afirmó el senador Sanders en el evento.

Taco Bell y McDonald's negociaron con la CIW después de intensas campañas nacionales, con la mediación del ex presidente Jimmy Carter, y acordaron establecer nuevas normas y mayor pago para los jornaleros, y con ello la coalición logró triunfos sin precedente para sus integrantes, la mayoría inmigrantes mexicanos y centroamericanos.

Sin embargo, Burger King, junto con los cultivadores, han lanzado una contraofensiva para desarmar esos acuerdos y desactivar los esfuerzos de los trabajadores y sus aliados. “Hoy, tanto en Washington como en el país, la lucha contra la existencia de formas humillantes y hasta brutales de labor forzada en campos de Estados Unidos ya no se puede ignorar”, dijo Benítez en declaraciones a los medios.

Por su parte, Varma recordó que fue en 1808 cuando el Congreso prohibió el comercio internacional de esclavos, y señaló que “ninguno de esos legisladores pensaría que 200 años más tarde aún existiría la esclavitud en Estados Unidos”.

Más información de la campaña y para ver y/o firmar la petición: [www.ciw-online.org/2008\\_Petitions/espanol.html](http://www.ciw-online.org/2008_Petitions/espanol.html). **TOP**

Fonte: <http://www.jornada.unam.mx/2008/03/14/index.php?section=mundo&article=032n1mun> – 14.03.08

Data da pesquisa: 15.03.08

## **México: Permite la Corte asistir a migrantes por razones humanitarias y sin fines de lucro**

*La decisión beneficia a María Concepción Moreno, presa por dar un taquito a indocumentados*

*Jesús Aranda*

La Suprema Corte de Justicia de la Nación (SCJN) determinó ayer que sólo incurre en el delito de tráfico de personas quien albergue o transporte a indocumentados para obtener un beneficio económico.

Esta decisión exonera del ilícito previsto en el artículo 138 de la Ley General de Población a quienes por razones humanitarias o sin fines de lucro, “y que siguiendo la tradición mexicana de asistencia, apoyo y ayuda al necesitado, desvalido o que se encuentre en una situación de desventaja,

alberguen o transporten a extranjeros indocumentados, lo que supone, en todo caso, la buena fe”.

Al resolver una contradicción de criterios entre el primer tribunal colegiado del vigésimo circuito y el segundo tribunal colegiado del vigésimo circuito, los ministros determinaron los alcances del “propósito de tráfico” contenido en el citado artículo, es decir, que dicho propósito debe acreditarse junto con todas las conductas ilícitas a quien “por sí o por medio de otro u otros introduzca, sin la documentación correspondiente expedida por autoridad competente, a uno o varios extranjeros a territorio mexicano o, con propósito de tráfico, los albergue o transporte por el territorio nacional con el fin de ocultarlos para evadir la revisión migratoria”.

Los ministros concluyeron que para tipificar ese delito necesariamente debe incluirse la pretensión de obtener un beneficio lucrativo cierto, actual o inminente.

La decisión de la SCJN tiene un impacto directo en casos como el de la señora María Concepción Moreno Arteaga, quien fue detenida el 10 de marzo de 2005 por elementos de la Agencia Federal de Investigación, y fue recluida en el penal femenino de San José el Alto, Querétaro, y sentenciada a seis años de prisión por regalar comida a indocumentados.

Al momento de su detención fue acusada de ser pollera, debido a que ese día un grupo de

indocumentados tocó a su puerta para pedir alimento y ella les preparó “un taquito”. Fue el momento en que irrumpieron los agentes en la casa de esta mujer que en aquel entonces tenía 47 años de edad y que no sabía leer ni escribir.

María tiene cinco hijos (cuatro casados). Se dedicaba a lavar y planchar ropa ajena. Es originaria de Epigmenio González, comunidad conocida como El Ahorcado, en el municipio de Pedro Escobedo, cerca de las vías del tren, donde es común que hasta 200 indocumentados, principalmente centroamericanos, bajen a pedir comida a los vecinos. “Como todo mundo, como en el rancho, les regalamos un taquito, porque al verlos que llegan así de hambrientos, todos sucios... Hasta a ustedes les daría tristeza ver cómo llegan”, expresó.

Dos días después fue sentenciada a seis años de cárcel por violaciones a la Ley General de Población, según una averiguación previa que la relacionó con cuatro presuntos traficantes de indocumentados del municipio El Marqués, que habrían ayudado a 19 de ellos a cruzar el país, según informó ese día la delegación de la PGR.

[TOP](#)

Fonte:

<http://www.jornada.unam.mx/2008/03/06/index.php?section=politica&article=021n1pol> – 06.03.08

Data da pesquisa: 15.03.08

## **Urge en México ley que proteja a migrantes extranjeros: NALACC**

*Sufren vejaciones de policía y Ejército a su paso con destino a Estados Unidos*

*José Antonio Román*

Al denunciar las constantes violaciones de los derechos humanos que sufren centroamericanos y otros extranjeros a su paso por México hacia Estados Unidos, la Alianza Nacional de Comunidades Latinoamericanas y Caribeñas (NALACC, por sus siglas en inglés) llamó a los poderes Ejecutivo y Legislativo a generar una pronta reforma migratoria y frenar las condiciones “verdaderamente inhumanas” que enfrenta esta población.

Luego de una visita a diversos albergues para migrantes en el estado de Oaxaca, varios delegados de la alianza, con testimonios por escrito, denunciaron que en las violaciones y abusos contra los migrantes se ubican mayoritariamente fuerzas

policíacas de todos los niveles, así como el Ejército. “Se registran secuestros exprés, violaciones sexuales de mujeres, extorsiones y ataques con armas blancas y también de fuego, tanto de parte de los llamados maras, como de miembros del Ejército y de policías. Hay emigrantes que son asaltados y vejados hasta tres veces en un solo día”.

Ángela Zambrano, presidenta de NALACC, quien junto con otros líderes y directivos de organizaciones de emigrantes en Estados Unidos realizan el recorrido por varias regiones de Oaxaca, insistió en que es indispensable una reforma migratoria en México.

“Para que el gobierno de Felipe Calderón Hinojosa tenga plena solvencia moral y pueda exigir que las autoridades de Estados Unidos respeten los derechos humanos de los ciudadanos mexicanos en aquel país, es urgente que impulse una reforma migratoria que respete los derechos de los centroamericanos y otros emigrantes que pasan por México”, señaló.

NALACC, que agrupa a unas 70 organizaciones latinoamericanas y caribeñas en territorio estadounidense, sostiene que la migración es resultado del modelo económico existente, que empobrece a quienes menos capacidades competitivas tienen, y advierte que si no se modifica este modelo los flujos migratorios continuarán crecientes.

Asimismo, convocó a las autoridades mexicanas a analizar la pobreza, la fragmentación familiar y el desaliento que sufre el medio rural –generador de flujos migratorios intensos por falta de rentabilidad en la producción agrícola–, y a invertir en las comunidades campesinas.

En Oaxaca, los representantes de la alianza han visitado el albergue para migrantes centroamericanos Hermanos en el camino, en Mixtepec; la industria Mujeres envasadoras de nopal, en el municipio de Ayoquexco, y los campos cafetaleros de la Unión de Comunidades Indígenas de la Región del Istmo, en Ixtepec.

En los próximos días los delegados de NALACC – quienes llegaron a México el 7 de febrero– se entrevistarán con funcionarios del gobierno federal, legisladores y representantes de organizaciones no gubernamentales como Sin Fronteras, Servicio Jesuita para Refugiados, Asociación Mexicana de Uniones de Crédito del Sector Social e Iniciativa Ciudadana. [TOP](#)

Fonte:

<http://www.jornada.unam.mx/2008/02/13/index.php?section=politica&article=006n1pol> – 13.02.08

Data da pesquisa: 27.02.08

#### **Prossimi numeri della Rassegna MIGRAZIONI NELL'ATTUALITÀ:**

- Giugno 2008 – Economia e migrazioni: Sviluppo / rimesse
- Settembre 2008 – Migrazioni e cultura: religioni
- Novembre 2008 – Migrazioni forzate: la tratta

#### **Próximos números da Resenha MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE:**

- Junho 2008 – Economia e Migrações: Desenvolvimento / remessas
- Setembro 2008 – Migrações e cultura: religiões
- Novembro 2008 – Migrações forçadas: tráfico de pessoas

#### **Next up dates our MIGRATION REVIEW:**

- June 2008 – Economy and migrations: Development / remittance
- September 2008 – Migration and culture: religions
- November 2008 – Forced migration: human traffic

#### **Próximos números de la Reseña MIGRACIONES EN LA ACTUALIDAD:**

- Junio 2008 – Economía y Migraciones: Desarrollo / remesa
- Septiembre 2008 – Migraciones y cultura: religiones
- Noviembre 2008 – Migraciones forzadas: trata de seres humanos



## Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO ... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos: